



**EDITAL**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 4335/2022**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS**

**1 – DISPOSIÇÕES GERAIS:**

A Comissão Permanente de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Bom Jardim comunica que realizará Licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regida pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e o Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 1.582/2020, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

**1.1 – TIPO DE EXECUÇÃO**

1.1.1 – Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço unitário.

1.1.2 – Os envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços definidos neste Edital e seus Anexos deverão ser entregues no local, data e horário seguintes:

**LOCAL:** No auditório da Casa da Cultura, localizada na Rua Mozart Serpa de Carvalho, nº 190, Centro, Bom Jardim, CEP.: 28.660.000.

**DATA:** 27 de Fevereiro de 2023.

**HORÁRIO:** 14:00 horas

1.1.3 – Não haverá prazo de tolerância para entrega dos envelopes (habilitação e proposta de preços).

1.1.4 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação da Presidente em contrário.

**2 – OBJETO:**

2.1 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ENGENHARIA, para CONSTRUÇÃO DE PRAÇA na Rua João Jacinto de Carvalho, São Miguel, Bom Jardim / RJ, atendendo a demanda da Secretaria de Projetos Especiais. nos termos das especificações do Projeto Básico e dos seus anexos.

2.2 – Modalidade Licitatória: Tomada de Preços.

**3 – DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO CONTRATO, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DETALHAMENTO DO OBJETO, DURAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

**Vide termo de referência.**

**4 - PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO:**

4.1 – O preço global estimado pela administração para a presente contratação é de **R\$ 200.971,02 (duzentos mil e novecentos e setenta e um reais e dois centavos)**, conforme valores constantes no item 4.2 do Edital e anexos do Projeto Básico.

**4.2 – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO**

Nº.	ITEM/DESCRIÇÃO	UNIDAD E DE MEDID A	QUANT.	VALOR GLOBAL (EM R\$)
ÚNICO	<b><u>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ENGENHARIA, para CONSTRUÇÃO DE PRAÇA na Rua João Jacinto de Carvalho, São Miguel, Bom Jardim / RJ.</u></b>	UND	01	<b>R\$ 200.971,02</b>



## **5 – REAJUSTES DOS PREÇOS:**

### **Vide termo de referência.**

## **6 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

6.1 – Poderão participar do certame as empresas que preencham os requisitos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira constantes no Edital.

6.2 – Não poderão participar as empresas suspensas pela Administração Direta ou Indireta do Município de Bom Jardim, bem como aquelas declaradas inidôneas por qualquer ente federativo.

6.3 – Não poderão participar as entidades que possuam o direito legal ao não recolhimento dos encargos trabalhistas e sociais dos seus funcionários, tais como cooperativas.

6.4 – Não poderão participar do certame, direta ou indiretamente:

6.4.1 – O autor do presente termo de referência.

6.4.2 – A empresa, isoladamente ou em consórcio, da qual o autor do presente termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

6.4.3 – Servidor ou dirigente do Setor Requisitante, incluindo os membros da comissão permanente de licitação e sua equipe de apoio.

6.4.4 – Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do termo de referência, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pela execução contratual, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

6.4.5 – A empresa cujos sócios sejam parentes, até terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) envolvidos no processo licitatório, por violação aos princípios da administração pública e pela existência de conflito de interesses;

6.4.6 – Poderão participar no certame as empresas reunidas em consórcio, observadas as seguintes regras:

6.4.6.1 – A apresentação de comprovação do compromisso, público ou particular, da constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, explicitando:

- a) a composição e o percentual de participação de cada empresa integrante;
- b) o objetivo da consorciação;
- c) o prazo de duração do consórcio, que não deve ser inferior ao da duração do contrato;
- d) a indicação da empresa líder do consórcio e de poderes expressos para a empresa líder se relacionar com a administração, receber citação e responder administrativa e/ou judicialmente pelas demais consorciadas, bem como para representar o consórcio em todas as fases da presente licitação, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, receber e dar quitação, firmar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução do objeto do contrato;
- e) a declaração de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados sob consórcio em relação à presente licitação, e ao eventual contrato dela decorrente;
- f) as obrigações das consorciadas, dentre as quais o de que cada consorciada responderá isolada e solidariamente por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente licitação, até a extinção do contrato dela decorrente;
- g) que o consórcio não terá sua constituição ou composição alterada sem a prévia e expressa anuência da contratante; e



h) a designação do representante legal do consórcio.

6.4.7 – Os documentos da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômica deverão ser apresentados individualmente por cada consorciado, admitindo-se para efeitos de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira o somatório dos quantitativos e dos valores de cada consorciado.

6.4.8 – Caso o consórcio seja o vencedor do certame, fica obrigado a promover, antes da assinatura do contrato, a constituição e o registro do consórcio na Junta Comercial de sua sede.

6.4.9 – Estão impedidas de participar as empresas consorciadas através de mais de um consórcio ou participar isoladamente.

6.4.10 – As informações que puderem ser aferidas por outros documentos não acarretarão em inabilitação do licitante.

## 7 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

7.1 – Qualquer empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

7.1.1 – Os esclarecimentos poderão ser encaminhados diretamente para o e-mail da CGLC (licitacao.bomjardim@gmail.com) ou feitos diretamente à Comissão, conforme disposto no item 26.15.

7.1.2 – No caso de impugnação, a interessada poderá encaminhar para o e-mail da CGLC (licitacao.bomjardim@gmail.com) ou protocolizar pedido, ambos em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço: Praça Governador Roberto Silveira, 44, Centro, Bom Jardim – RJ (Protocolo da PMBJ – 1º andar), cabendo ao Secretário de Educação; decidir sobre a petição até o prazo de 03 (três) dias úteis, conforme Portaria Municipal nº 425/17, de 16 de novembro de 2017.

7.2 – Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 8 – DO CREDENCIAMENTO:

8.1 – A licitante far-se-á apresentar para credenciamento perante à Presidente da Comissão por um representante, devidamente munido de documento original de Carteira de Identidade ou equivalente, que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes exibir o Contrato Social da Empresa, **destacando o seu ramo de atividade compatível com o objeto contratual e licitado.**

8.2 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular **com poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.** (Carta de Credenciamento – Anexo IV). Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar somente cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ficando neste caso, dispensado da Carta de Credenciamento.

8.3 – A empresa deverá apresentar juntamente com os documentos acima citados a declaração conjunta de que Cumpre Rigorosamente o Art. 7º da Constituição Federal, de Enquadramento em Pequenos Negócios ou não, de Fatos Impeditivos, de Idoneidade e de Não Parentesco, conforme ANEXO III, **fora do envelope.**

8.4 – As Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.



8.5 – As empresas que participarem da presente licitação, será permitido apenas (01) um representante legal que será o único admitido a intervir em nome da mesma.

8.6 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento das licitantes envolvidas no procedimento licitatório.

### **9 – HABILITAÇÃO:**

9.1 – O envelope contendo a documentação de **HABILITAÇÃO** deverá ser indevassável, lacrado e rubricado no fecho, contendo a sua parte externa o Título.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
**ENVELOPE 01 – HABILITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/23**  
**(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**

### **9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.2.1 – Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração;

9.2.2 – No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações;

9.2.3 – Registro no registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresa individual ou sociedade empresária;

9.2.4 – Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

9.2.5 – Cédula de identidade dos sócios, diretores e/ou empresários;

9.2.6 – Para empresa individual: registro comercial.

9.2.7 – No caso de empresas estrangeiras, cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

### **9.3 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:**

9.3.1 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual e licitado;

9.3.2 – Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes – CNPJ;

9.3.3 – Certidão de Regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

9.3.4 – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

9.3.5 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais;

9.3.5.1 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

9.3.6 – Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.

9.3.7 – Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei 12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



#### **9.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

9.4.1 – A apresentação da certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento da pessoa jurídica, na forma do art. 3º da L. 11.101/05, não sendo causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

9.4.2 – A apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, aceitos, alternativamente:

1 - por publicação em diário oficial;

2- por publicação em jornal;

3-por cópia ou fotocópia de livro diário incluindo os termos de abertura e encerramento devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente;

4- por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópias das respectivas folhas do SPED, inclusive do termo de abertura e encerramento, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 do Código Civil.

9.4.3 – A comprovação da boa situação financeira da empresa, constatada mediante obtenção do índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro e zero décimos), resultante da aplicação da fórmula  $LG = (AC+RLP) / (PC+PNC)$ , onde AC é ativo circulante, RLP é realizável em longo prazo, PC é passivo circulante e PNC é passivo não circulante, vedado arredondamento do cálculo.

9.4.4 – A licitante que apresentar resultado inferior a 1,0 (um inteiro e zero décimos) do índice de Liquidez Geral (LG) deverá comprovar, considerados os riscos para a Administração, o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado dos itens vencidos pelo licitante.

9.4.5 – Em caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.4.6 – Em caso de haver previsão legal ou previsão no contrato social, admite-se a apresentação de balanço patrimonial intermediário.

9.4.7 – O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/ 2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual, da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, caso seja a sua primeira contratação com administração pública, sendo devidamente declarado.

#### **9.5 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.5.1 – Comprovante de inscrição, em nome da pessoa jurídica licitante, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

9.5.2 – Declaração do licitante, possuir vínculo, na data de entrega da proposta, com profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT por execução de serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor



significativo do objeto da licitação. Os documentos podem ser demonstrados pelo interessado, na forma do Art. 30, § 6º da Lei 8.666/93.

9.5.2.1 – Entende-se como vinculado ao licitante o profissional de nível superior, que na data prevista para entrega da proposta, seja o sócio, administrador ou diretor da empresa licitante, comprovando seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; ou o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou o prestador de serviços com declaração formal de compromisso de vinculação futura. Os documentos podem ser demonstrados pelo interessado, na forma do Art. 30, § 6º da Lei 8.666/93.

9.5.2.2 – A comprovação de deter Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou registro de responsabilidade técnica - RRT poderá ser feita mediante a apresentação do respectivo ART/RRT e da CAT - Certidão de Acervo Técnico do profissional, na forma da Resolução nº 1025/09 do CONFEA.

9.5.2.3 – No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que tratam os itens 9.5.2.1 e 9.5.2.2 poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10º, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.5.2.4 – O item de maior relevância é **2.4 PAVIMENTAÇÃO**.

Item da planilha orçamentária:

***2.4.2 – 08.020.00008-A – PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS CONCRETO, ALTAMENTE VIBRADO INTERTRAVADO, C/ ARTICULAÇÃO VERTICAL, PRÉ-FABRICADOS, COR NATURAL, ESP. 6 CM, RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO 35MPA, ASSENTES SOBRE COLCHÃO DE PÓ DE PEDRA, AREIA OU MATERIAL EQUIVALENTE, C/JUNTAS TOMADAS OU ARGAMASSAS CIMENTO E AREIA, TRAÇO DE 1:4 E OU COM PEDRISCO E ASFALTO, EXCL. PREPARO DO TERRENO, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, BEM COMO A COLOCAÇÃO.***

***2.4.3 – 08.027.0042-A – MEIO FIO RETO DE CONCRETO, SIMPLES FCK=15MPA, PRÉ-MOLDADO, TIPO DER-RJ, MEDINDO 0,15M NA BASE E COM ALTURA DE 0,30M, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO DE 1:3,5, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, ESCAVAÇÃO E REATERRO.***

9.5.2.5 – A escolha do item acima se deu por ser o item de maior complexidade de execução.

## **9.6 – DAS EMPRESAS ENQUADRADAS EM PEQUENOS NEGÓCIOS**

9.6.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.6.2 – Em se tratando de ser a licitante, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro empreendedor Individual, para utilizar a prerrogativa estabelecida na Lei Complementar n.º 123/2006, deverá se qualificar como tal, entregando, fora do envelope, a Presidente da Comissão, ainda na fase de credenciamento, a declaração conjunta, assinada pelo representante legal da empresa, informando que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou Micro Empreendedor Individual, e de que não se enquadra em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (ANEXO III).



9.6.3 – A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender aos requisitos exigidos pela LC 123/06, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 9.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6.4 – A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

## **9.7 – COMPROVAÇÃO DE CADASTRO:**

9.7.1 – Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim devidamente atualizado.

9.7.1.1 – Por certificado de Registro Cadastral, devidamente atualizado, deve-se entender aquele que se encontre em vigor na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação.

9.7.2 – Todos os documentos comprobatórios exigidos para a habilitação deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos das licitantes.

## **9.8 – VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA:**

9.8.1 - Será facultada a visita à área onde objetiva realizar a CONSTRUÇÃO DA PRAÇA, na Rua João Jacinto de Carvalho, São Miguel, Bom Jardim / RJ, mediante agendamento, para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para verificar todas as informações relativas à sua descrição.

9.8.2 - A visita poderá ser agendada através de petição protocolada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, das 09h às 17 h ou através do e-mail gabineteprefeitopmbj@gmail.com e/ou projetospmbj2021@gmail.com em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura dos envelopes.

9.8.3 - As licitantes não poderão alegar desconhecimento das características técnicas dos serviços, mesmo que optem por não vistoriar.

9.8.4 - Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato. A empresa que optar em não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 1 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

9.8.5 – O modelo da declaração encontra-se no item 6 do ANEXO III do presente Edital – Declaração Conjunta.

## **9.9 – ACEITAÇÃO DOS DOCUMENTOS:**

9.9.1 – A documentação exigida para a habilitação poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópia não autenticada. Em caso de dúvidas quanto a veracidade/autenticidade do documento poderá, ser verificada pela Equipe de Apoio, através de consulta via Internet aos “sites” dos órgãos emitentes dos documentos, conforme Acórdão 2036/2022 – Plenário do TCU



9.9.2 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.9.3 – Serão inabilitadas as empresas que não satisfizerem as exigências estabelecidas para a habilitação.

9.9.4 – As firmas já **cadastradas** na Prefeitura Municipal de Bom Jardim não ficam eximidas de apresentar dentro do envelope Habilitação todas as documentações exigidas no presente edital.

9.9.5 – As Certidões Negativas de Débitos (CND) Apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

9.9.6 – Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;

9.9.7 – Deve-se atentar ao disposto no §1º do art. 3º da Lei 13.726/2018.

## **10 – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

10.1 – **As Propostas de Preços serão aceitas em formulário fornecido pelo licitado, ANEXO II do Edital** e deverá ser apresentada em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho.

10.1.1 – **Na hipótese da Licitante apresentar formulário próprio**, este deverá ser idêntico ao fornecido pelo Licitado, ser feito com o timbre da Empresa, em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho, sendo certo que qualquer divergência entre o formulário próprio e o Edital/ Termo referência/ Formulário fornecido pelo licitado, **PREVALECERÁ** todas as informações contida no edital e anexos, contendo na sua parte externa o título.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
**ENVELOPE Nº 002 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023**  
NOME DA EMPRESA  
CNPJ

10.1.2 – Quando da abertura do envelope da proposta de preços for verificado erro de caráter formal ou material, tais como ausência de assinatura, carimbo, datas, designação de órgão, erros de cálculo entre os componentes de custo unitário e do custo total, etc. o equívoco poderá ser sanado durante a sessão pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado ou pelo Representante Legal da empresa, com poderes para realizar o referido ato, desde que não importe em modificação das condições da proposta, principalmente no que tange o critério utilizado para julgamento.

## **10.2 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:**

10.2.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:

10.2.1.1 – Valor unitário.

10.2.1.2 – Valor global da proposta

10.2.1.3 – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação da proposta de Preços, anexo II do Edital.

10.2.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



10.2.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

10.2.4 – Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.2.5 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

10.2.6 – Não serão aceitas as propostas cujo valor unitário ultrapasse o custo estimado pela Administração.

10.2.7 – Os preços unitários máximos aceitáveis são os preços unitários estimados na planilha orçamentária, anexo A do Termo de Referência anexo ao Edital.

10.2.8 – Não serão aceitas as propostas manifestamente inexequíveis.

10.2.9 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços irrisórios e incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

10.2.10 – Conforme art. 48, §1º da L8666/93, consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

b) Valor orçado pela administração.

10.2.11 – As propostas com preços inferiores aos critérios definido nas alíneas do §1º do art. 48 da L. 8.666/93 devem ser acompanhadas de planilhas que expressem de forma clara sua exequibilidade, bem como os respectivos documentos comprobatórios, sob pena de serem desclassificadas na forma do inc. II do caput do referido art. 48.

10.2.12 – Não será admitida a apresentação do comprovante de exequibilidade dentro do envelope contendo os documentos para habilitação, sob pena de desclassificação.

10.2.13 – A autoridade julgadora poderá suspender a sessão, mediante justificativa, para concluir a análise da exequibilidade da proposta.

10.2.14 – Será exigida, para a assinatura do instrumento contratual, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no art. 56, §1º da L. 8.666/93, aos licitantes cujas propostas tenham valor inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética das propostas aptas ou do custo estimado pela Administração, o que for menor, com valores calculados na forma do art. 48, §2º da L. 8.666/93.

10.2.15 – As propostas deverão ser preenchidas no formulário padronizado da Prefeitura (ANEXO II) ou em documento idêntico elaborado pela licitante, em papel timbrado, assinadas pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

A) Nome da Empresa / Razão Social;

B) Número do CNPJ;

C) Endereço, e-mail e telefone da empresa proponente;



- D) Planilha de Preços, devidamente preenchida, evidenciando preço GLOBAL – ANEXO II do Edital;
- E) Planilha orçamentária, devidamente preenchida, ANEXO A do termo de referência;
- F) Cronograma financeiro, prevendo desembolsos mensais durante a execução da obra – ANEXO B do termo de referência;
- G) Demonstrativo da Composição do B.D.I – ANEXO D do termo de referência;
- H) Valores, expressos em moeda corrente nacional, de cada item, com no máximo duas casas decimais para os centavos;
- I) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

10.2.16 – Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade de proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.2.17 – As propostas de preços que atenderem aos requisitos desta licitação serão verificadas pela Comissão quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

10.2.17.1 – se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

10.2.17.2 – se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;

10.2.17.3 – se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;

10.2.17.4 – Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta de preços será desclassificada.

## **11 – PROCESSO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

11.1 – No local, dia e hora definidos anteriormente, a Comissão de Licitação em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, que será assinada pelos proponentes que ao ato comparecerem e pelos membros da Comissão de Licitação, receberão dos representantes das licitantes, documentos de credenciamento, os envelopes da Documentação de Habilitação e Proposta de Preços.

11.2 – Uma vez recebidos os documentos e iniciada a abertura dos envelopes da “Documentação de Habilitação”, não serão admitidas quaisquer retificações e nem será permitida a participação de proponentes retardatárias;

11.3 – Procedida a abertura dos envelopes contendo “Documentação de Habilitação” na presença dos licitantes, a Comissão irá examinar os documentos das licitantes, inabilitando aquela que deixar de apresentar qualquer um dos documentos relacionados no item 9 deste Edital, ou apresentá-los em desacordo com as demais exigências do presente Edital;

11.4 – Após o cumprimento do subitem anterior, havendo manifestação de vontade de recorrer da decisão da Comissão, á(s) licitante(s) será outorgado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar (em) por escrito razões fundamentadas, na forma do art. 109 da Lei nº. 8.666 de 21.06.1993. Julgado(s) o(s) recurso(s) referente(s) a habilitação, que ter (ão) efeito suspensivo, a Comissão comunicará o resultado á(s) licitantes, designando nova data para abertura dos envelopes de “Proposta de Preços”;

11.5 – Havendo renúncia expressa das licitantes de interpor recurso contra a decisão da Comissão prosseguir-se-á com os trabalhos, passando-se à fase seguinte, qual seja a da abertura dos invólucros fechados da “Proposta de Preços”, das empresas habilitadas e devolução dos



envelopes fechados às empresas inabilitadas, se porventura houver, devendo, ainda, todos os conteúdos dos envelopes abertos serem rubricados pelos membros da Comissão e representantes das licitantes presentes, podendo estes últimos pronunciarem sobre o exame da proposta, consignando-se em ata o desejo de recorrer ou outras observações decorrentes do exame;

11.6 – Não havendo possibilidade de apreciação imediata da documentação, realizar-se-á Segunda Reunião no dia, horário e local designados com a presença dos representantes das licitantes e dos membros da Comissão, tendo por objetivo dar a conhecer às licitantes o resultado da habilitação, anunciando as empresas julgadas habilitadas e devolvendo às inabilitadas os envelopes de “Proposta de Preços” devidamente fechado, lavrando-se ata dos procedimentos adotados e dos fatos ocorridos nessa reunião. Na Segunda Reunião, serão adotados os mesmos procedimentos da Primeira, a partir do ponto em que foi interrompida;

11.7 – Caso se verifique a hipótese aventada no item 11.6, os envelopes de “Proposta de Preços”, serão rubricados em seu fecho pela Presidente da Comissão, pelos demais membros e pelos representantes das licitantes, permanecendo sob a guarda e responsabilidade do primeiro;

11.8 – Somente terão direito de usarem da palavra, rubricar propostas, apresentar impugnações, reclamações ou recursos, e firmar atas, representantes legais ou procuradores, devidamente identificados.

11.9 – Para efeito de julgamento da presente Licitação, a Comissão de Licitação se orientará pelos seguintes critérios:

11.9.1 – Não serão consideradas as propostas que não atenderem todos os critérios e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.9.2 – Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL;

11.9.3 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital, que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, *preços unitários superiores ao estimado pela administração*, conforme itens 10.2.6 e seguintes deste Edital.

11.9.4 – Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a material e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

11.9.5 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido ao disposto no parágrafo 2º do art.3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará por sorteio entre as proponentes em condições de igualdade, na presença dos interessados.

11.9.5.1 – No caso em que haja a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada a estas, com critério de desempate, preferência de contratação. Configurarão por empate as situações em que os valores das propostas, apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Nesse caso será adotado como critério de desempate o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.9.5.2 – A situação disposta no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **12 – DOS RECURSOS:**

12.1 – Dos atos praticados relativos a esta licitação caberá pedido de reconsideração e recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da respectiva Ata, que será processado e decidido com observância do disposto nos artigos 41 e 109 da Lei Federal 8.666/93, mediante requerimento protocolado nesta Prefeitura, sito a Praça Governador Roberto Silveira, 44, Centro, Bom Jardim/RJ, em dias úteis, nos casos de:



12.1.1 – habilitação ou inabilitação da licitante;

12.1.2 – julgamento das propostas de preços;

12.1.3 – anulação ou revogação deste edital;

12.1.4 – rescisão contratual por ato unilateral da administração;

12.1.5 – aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

12.2 – Os recursos referentes aos subitens 12.1.1 e 12.1.2 terão efeito suspensivo. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos interpostos;

12.3 – Caso seja interposto algum recurso, a Comissão de Licitações dará ciência às demais licitantes, através de publicação na imprensa oficial do município e no site da prefeitura na internet [www.bomjardim.rj.gov.br](http://www.bomjardim.rj.gov.br), para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, salvo para os casos previstos nos subitens 12.1.1 e 12.1.2, se presentes os prepostos das licitantes no ato que foi adotada a decisão, quando será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada a ata.

### **13 – FORMA DE PAGAMENTO:**

**Vide termo de referência.**

### **14 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:**

**Vide termo de referência.**

### **15 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO:**

**Vide termo de referência.**

### **16 – PENALIDADES:**

**Vide termo de referência.**

### **17 – CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATUAL:**

**Vide termo de referência.**

### **18 – GESTOR DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES:**

**Vide termo de referência.**

### **19 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES:**

**Vide termo de referência.**

### **20 – GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**Vide termo de referência.**

### **21 – SUBCONTRATAÇÃO:**

**Vide termo de referência.**

### **22 – DO LOCAL PARA EXAME E RETIRADA DO EDITAL:**

O presente estará disponível aos interessados em participar do certame no Setor de Licitações do Município, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim - 2º andar – Comissão Geral de Licitações e Compras, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h e na SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS, 4º andar do endereço citado acima e nos mesmos dias e horários; e no site do Município, [www.bomjardim.rj.gov.br](http://www.bomjardim.rj.gov.br)

### **23 – PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES:**

23.1 – Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.



23.2 – A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.

23.3 – Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

23.4 – Fica facultado à Administração comunicar à Contratada, por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, sem prejuízo do previsto no item 23.3.

## **24 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

24.1 – É facultado à Presidente da Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.2 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Município de Bom Jardim responsabilidade por qualquer custo, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.3 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.4 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Presidente da Comissão.

24.5 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos, desde que não haja comunicação diversa por parte da Presidente Geral da Comissão Permanente de Licitações e Compras.

24.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Bom Jardim.

24.7 – O desatendimento à exigências formais não essenciais não importará na exclusão do licitante, desde que sejam possíveis a exata compreensão da sua proposta e a aferição da sua habilitação, durante a realização da sessão pública.

24.8 – As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, em comprometimento da segurança do futuro contrato.

24.9 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.10 – As disposições estabelecidas neste Edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do Parágrafo 4º dia art. 21 da Lei 8.666/93.

24.11 – O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para o licitante perante o Município.

24.12 – Fica assegurado da Administração Pública, sem que caiba aos licitantes indenizações:

- a) Adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- b) Revogar e/ou anular no todo ou em parte, a presente licitação, dando disso ciência aos interessados.



24.13 – O foro para dirimir questões será o da Comarca de Bom Jardim, RJ.

24.14 – A participação das empresas interessadas nesta licitação implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas pertinentes.

24.15 – Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentária.

CONTA	PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA
243	0602.1545100431.017	4490.51.00

24.16 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação e eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverão ser encaminhadas para os e-mails: [licitacao.bomjardim@gmail.com](mailto:licitacao.bomjardim@gmail.com), ou ainda, feitas pessoalmente à Presidente Geral da Comissão Permanente de Licitações e Compras, no horário de 9:00 às 12:00 horas e 13h00min. às 17h00min., na Praça Governador Roberto Silveira nº 44 , 2º andar Centro, Bom Jardim- RJ onde poderá ser retirada cópia integral do Edital e seus anexos, tel (22) 2566 - 2916 ou 2566 - 2316.

24.17 – **Na hipótese da Licitante interessada em participar da presente licitação encaminhar qualquer tipo de correspondência, notadamente sua proposta de preços e documentos para habilitação do certame, deverá endereçar os documentos diretamente à sala da Chefia Geral de Licitação e Compras, localizada na Praça Governador Roberto Silveira nº 44 , 2º andar, Centro, Bom Jardim- RJ, devendo avisar ao setor de licitações e compras acerca da postagem dos mesmos, via e-mail, a saber, [licitacao.bomjardim@gmail.com](mailto:licitacao.bomjardim@gmail.com), indicando, ainda, o código de rastreio da postagem, sendo de total responsabilidade da empresa eventuais extravios e recebimento dos documentos pelo setor após a realização do certame.**

#### **25 – ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL:**

Os anexos que integram este Edital, como partes inseparáveis, são os seguintes:

25.1 – Anexo I – Termo de Referência – Projeto Básico.

25.2 – Anexo II – Proposta de Preços.

25.3 – Anexo III – Declaração Conjunta.

25.4 – Anexo IV – Carta de Credenciamento.

25.5 – Anexo V – Recibo de retirada de Edital.

25.6 – Anexo VI – Minuta de Contrato.

Bom Jardim, 08 de Fevereiro de 2023

**Rhamon Marllon Freitas Moreira**  
*Secretário Municipal de Projetos Especiais*  
Matrícula nº 41/6928  
CPF nº 116.505.007-26



**EDITAL**  
**TOMADA DE PREÇOS 001/2023**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA - PROJETO BÁSICO**

**1 - OBJETO**

1.1 - Este Termo de Referência estabelece as diretrizes básicas, que deverão ser seguidas e objetiva a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ENGENHARIA, para CONSTRUÇÃO DE PRAÇA na Rua João Jacinto de Carvalho, São Miguel, Bom Jardim / RJ,** atendendo a demanda da Secretaria de Projetos Especiais.

**1.2 – DETALHAMENTO DO OBJETO**

O memorial descritivo, a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro que acompanham este projeto básico são os elementos suficientes e necessários para caracterizar a **CONSTRUÇÃO DA PRAÇA na Rua João Jacinto de Carvalho, São Miguel, Bom Jardim /RJ.**

Além disso, a CONTRATADA deverá apresentar o PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA, PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO ELETRICA, compatível com este projeto básico e seus anexos, remetendo ao CONTRATANTE para aprovação.

1.2.1 - O PROJETO EXECUTIVO deverá indicar todos os elementos necessários à realização da obra. São elementos do projeto executivo:

- a) Orçamento detalhado em nível de projeto executivo;
- b) Pranchas de desenho com os detalhes do projeto, em três cópias;
- c) Composição dos custos unitários (CCU) de todos os itens de serviços;
- d) Composição das taxas de BDI para as edificações e equipamentos;
- e) Composição dos encargos sociais de horistas e mensalistas (Tabela SINAPI);
- f) Caderno de especificações técnicas;
- g) ART/RRT do projeto executivo;
- h) ART/RRT da planilha orçamentária.

A representação gráfica em cumprimento ao decreto federal nº 9.983 de 2019, deverá ser apresentada em plataforma BIM (Building Information Modeling), em formato RVT, em escala adequada com plantas baixas, cortes e vistas necessários à completa compreensão dos serviços a serem executados e materiais empregados na obra civil bem como todos os detalhes construtivos necessários.

O memorial descritivo deverá conter as especificações técnicas de todos os serviços equipamentos e instalações, que deverão ser executados, bem como relatórios técnicos e memoriais de cálculos que forem necessários.

1.2.2 - O orçamento deverá ser detalhado com cronograma físico-financeiro dos valores licitados para a execução da obra, incluindo planilha de composição do BDI com indicação dos índices, em conformidade com a planilha da Resolução 339/2015-CJF - Anexo III, assinado por profissional habilitado e com o registro no órgão técnico competente – ART do CREA ou RRT do CAU. O orçamento deverá atender o Decreto 7.983/13 e Acórdão 2.622/13 do TCU (BDI).

**1.2.3 ITENS NOVOS**

Caso verifique-se a necessidade, devidamente justificada, da prestação de eventuais serviços



ou itens não previstos (ITENS NOVOS), será feito com base no custo unitário constante no sistema EMOP ou SINAPI ou SCO-RIO e/ou cotação junto a empresas de engenharia local, dentre estes a de menor preço unitário acrescido do BDI estabelecido pela administração no orçamento base, aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação.

Os itens novos não constantes do Sistema SINAPI, EMOP ou SCO-RIO, terão seus preços limitados aos custos indicados nos sistemas de orçamentação de obras (SICRO/SINAPI/SCO/PINI/SBC) ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados, acrescidos do BDI estabelecido pela administração no orçamento base, aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação.

### **1.3 - SITUAÇÃO QUE ORIGINA A DEMANDA**

Conforme relatado no ofício inaugural, este terreno, assim como todo o bairro de São Miguel, foi fortemente afetado pela catástrofe de 2011 e desde então está desocupado.

Cabe ressaltar que o bairro carece de espaços públicos de convivência para a comunidade, podendo este espaço, após a revitalização, atender esta carência, razão pel qual foi elaborado projeto para **CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA no local.**

### **1.4 – ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

Foram elaborados Estudos Técnicos Preliminares, conforme ANEXO F.

### **1.5 – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE DA DEMANDA**

Será realizada a **CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA na Rua João Jacinto de Carvalho, São Miguel, Bom Jardim / RJ,** conforme projeto básico apresentado, com aproveitamento total da área onde funcionava, antes da catástrofe de 2011, o Posto de Saúde São Miguel. Proporcionando à comunidade local uma importante área de lazer e convivência.

Cabe destacar, que no mesmo terreno, já se encontra instalada uma Academia da Saúde. Esta informação pode ser verificada no Anexo G – Desenhos Técnicos, que deixa claro que a Construção da Praça, além de não atrapalhar a utilização da referida academia, ainda trará harmonia arquitetônica ao espaço já existente.

### **1.6 – JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO**

Optou-se pelo NÃO PARCELAMENTO por ser a alternativa mais vantajosa para a Administração, tanto em termos de gestão de contrato, com a diminuição dos custos administrativos, quanto de economia e eficiência na alocação dos recursos para a execução dos serviços, sendo o objeto adjudicado globalmente ao vencedor.

O objeto da pretendida contratação, bem como a composição do item que forma o conjunto de serviços a serem prestados configuram uma única solução para os serviços de **CONSTRUÇÃO DA PRAÇA na Rua João Jacinto de Carvalho, São Miguel, Bom Jardim / RJ.** Eles possuem correlação entre si e são elementos inseparáveis de uma mesma e única solução.

Neste sentido, esclarecemos que nossa análise aponta para o NÃO PARCELAMENTO do objeto.

## **2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

2.1.1 – Efetuar a prestação do serviço conforme especificações, no prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao serviço prestado, data e local;

2.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);



- 2.1.3 – Reparar, corrigir, remover ou substituir, em até 15 (quinze) dias úteis, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações do serviço objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.
- 2.1.4 – Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 2.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 2.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;
- 2.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;
- 2.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e demais despesas relativas à prestação de serviço;
- 2.1.10 - Apresentar, no momento da assinatura do contrato, caso seja Fundação, junto ao ato constitutivo, Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, Promotoria de Justiça das Fundações, conforme determina Resolução Complementar nº 15/2005.
- 2.1.11 - Fornecer todos os equipamentos e materiais permanentes necessários para a realização da obra, sem a cobrança adicional de encargos, aluguéis ou ônus de qualquer natureza.
- 2.1.12 - Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus funcionários à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- 2.1.13 - Adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias, para assegurar a execução da obra do objeto da presente solicitação.
- 2.1.14 - Garantir que as especificações dos equipamentos e materiais permanentes cumpram às normas técnicas pertinentes.
- 2.1.15 - Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias a execução do contrato.
- 2.1.16 - Fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) aos funcionários que atuarão na execução da obra, obedecendo a legislação vigente.
- 2.1.17 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 2.1.18 - Elaborar, implementar e manter atualizado o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, quando cabível.
- 2.1.19 - Providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF) para todos os empregados.
- 2.1.20 - Providenciar senha para que o trabalhador tenha acesso ao extrato de informações previdenciárias.
- 2.1.21 - Fixar domicílio bancário dos empregados no Município de Bom Jardim, onde serão prestados os serviços.



- 2.1.22 - Realizar exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função dos contratados.
- 2.1.23 - Fornecer gratuitamente vestimenta aos trabalhadores, procedendo a sua reposição periódica.
- 2.1.24 - Disponibilizar vestiário com armários individuais aos trabalhadores que executam atividades que exigem a troca de roupas, observando-se a separação de sexos, quando cabível.
- 2.1.25 - Disponibilizar ou fornecer aos trabalhadores, em todos os locais de trabalho, água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de copo coletivo.
- 2.1.26 - Não permitir que trabalhadores sejam transportados na caçamba de caminhões ou em partes internas dos veículos ou em quaisquer veículos inadequados ou não adaptados, ainda que sejam tais veículos de propriedade ou de responsabilidade de outrem, nos termos do §1º do art. 1º, inciso II do art. 230, e caput do art. 235, todos da Lei 9.503/97.
- 2.1.27 - Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 2.1.28 - Inscrever a obra no Cadastro Nacional de Obras - CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845/2018.
- 2.1.29 - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos preceitos da legislação sobre jornada de trabalho, e cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias oriundas da lei ou de acordos, dissídios, convenções coletivas e congêneres aplicáveis às categorias profissionais abrangidas no contrato.
- 2.1.30 - Possuir, no momento da assinatura do contrato e durante a execução dos serviços, técnico em segurança do trabalho vinculado à empresa, que seja responsável pelas medidas de segurança dos empregados.
- 2.1.31- Responder pelo PRAZO DE GARANTIA DE 5 (CINCO) ANOS, pela solidez e segurança da obra executada, cubrindo qualquer dano proveniente da má execução da obra.

### **3 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

3.1 – A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

- 3.1.1 – Emitir a ordem de início e recebimento dos serviços no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;
- 3.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação definitiva;
- 3.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução contratual, para que seja reparada ou corrigida;
- 3.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;
- 3.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução contratual, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos;

3.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.3 - Fornecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa entregar o



objeto dentro das especificações técnicas recomendadas.

3.4 - Providenciar a destinação ambientalmente adequada aos resíduos da construção civil originários da contratação, na forma do que dispõe a Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 e suas alterações.

#### **4 – DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO CONTRATO**

4.1 – Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço unitário.

4.2 – A Administração emitirá por escrito ordem de início, com a quantidade e identificação dos serviços que serão prestados, o local de execução, o prazo máximo para início e conclusão, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

4.3 – O prazo máximo para a prestação do serviço será de 04 (quatro) meses corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a ser emitida pela Secretaria Municipal de Projetos Especiais.

4.4 - O contrato poderá ser prorrogado por igual período, de 04 (quatro) meses corridos.

4.5 - O contrato só poderá ser prorrogado mediante a apresentação de justificativa idônea, junto à cópia do diário de obras.

4.6 – Os serviços serão recebidos provisoriamente em até 15 dias úteis após recebimento de relatório de medição acompanhado de relatório fotográfico encaminhado pela empresa vencedora do certame licitatório.

4.6.1 - O recebimento provisório será dispensado caso o custo previsto dos itens vencidos pelo licitante não ultrapasse o valor do art. 23, II, “a” da Lei Federal nº 8.666/93.

4.7 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.8 – Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou ateste das notas fiscais.

4.8.1 - O prazo de observação ou vistoria para o recebimento definitivo não ultrapassará 90 (noventa) dias corridos, salvo em casos excepcionais devidamente justificados.

4.9 – Caso a verificação de conformidade não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.10 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, bem como a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.11 – A execução do contrato reputa-se concluída quando as obrigações da Administração e da CONTRATADA forem integralmente cumpridas, após o recebimento definitivo de todos os serviços objeto desta contratação, decorridos os prazos de garantia legal e contratual, e realizado o respectivo pagamento.

#### **4.11 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

4.11.1 - A CONTRATADA deverá manter diário de obra, onde anotar todos os serviços executados e mão-de-obra alocada diariamente, bem como condições climáticas e demais ocorrências pertinentes sobre o andamento dos serviços e eventuais intercorrências.



4.11.2 - As medições serão realizadas mensalmente, por meio de planilha de medição, e serão antecedidas por vistoria ao local por parte dos fiscais do contrato definidos pelo CONTRATANTE.

4.11.3 - As planilhas de medição apresentadas pela CONTRATADA observarão o constante no Projeto Executivo aprovado pelo CONTRATANTE e deverão ser acompanhadas de cópia do diário de obras do período correspondente.

4.11.4 - As planilhas de medição serão aprovadas após a vistoria dos fiscais do contrato, e, sempre que houver necessidade, a fiscalização demandará correções da planilha de medição ou correções dos serviços executados em desconformidade com o Projeto Executivo.

4.11.5 - O pagamento observará os limites de desembolso estabelecidos pelo cronograma físico-financeiro do Projeto Executivo aprovado pelo CONTRATANTE.

## **5 – PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

5.1 – Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

5.2 – A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.

5.3 – Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

5.4 – Fica facultado à Administração comunicar à Contratada, por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, sem prejuízo do previsto no item 5.3.

## **6 – GESTOR DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES**

6.1 – O gestor do contrato é a Secretaria de Projetos Especiais, representada pelo Secretário **Rhamon Marllon de Freitas Moreira**, Matrícula nº 41/6928, CPF nº 116.505.007-26.

6.2 – Compete ao gestor do contrato:

6.2.1 – Emitir a ordem de início da execução contratual;

6.2.2 – Solicitar à fiscalização do contrato que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;

6.2.3 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;

6.2.4 – Solicitar a aplicação de sanções por descumprimento contratual;

6.2.5 – Solicitar a glosa de pagamentos em razão da recusa parcial dos serviços ou de serviços prestados em qualidade inferior à disposta no instrumento convocatório e seus anexos;

6.2.6 – Requerer ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões ao contrato, na forma da legislação;

6.2.7 – Solicitar a rescisão do contrato, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;

6.2.8 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados à execução do contrato.

6.2.9 – Solicitar ao Fiscal de Contrato o envio de relatórios relativos à fiscalização de contrato.



## 7 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES

7.1 – Serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato os servidores:

- **Hudson Rodrigues de Souza**, Engenheiro Civil, Matrícula nº 10/6265-SMG, CPF nº 138.441.437-18;

- **Beatriz Nunes Chapin Barroso**, Matrícula nº 41/6957, CPF nº 163.163.857-22.

7.2 – Compete à fiscalização do contrato:

7.2.1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

7.2.2 – Apresentar-se pessoalmente no local, data e horário para o recebimento dos serviços ou verificar pessoalmente e espontaneamente a execução dos serviços, recebendo-os após sua conclusão;

7.2.3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;

7.2.4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;

7.2.6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos serviços;

7.2.7 – Recusar os serviços entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

7.2.9 – Encaminhar relatório relativo à fiscalização do contrato ao Gestor do Contrato, contendo informações relevantes quanto à fiscalização e execução do instrumento contratual.

## 8 – FORMA DE PAGAMENTO

8.1 – O CONTRATANTE terá:

8.1.1 – O prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, para realizar o pagamento, nos casos de serviços recebidos cujo valor não ultrapasse R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), na forma do art. 5º, §3º da Lei Federal nº 8666/93, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

8.1.2 – O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

8.2 – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM – RJ, CNPJ nº 28.561.041/0001-76, situado na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP 28660-000.

8.3 – Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada exigidas no instrumento convocatório e seus anexos.

8.4 – Após a juntada da prova de recebimento definitivo, a Administração incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos.

8.5 – A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:



- 8.5.1 – Haver suspensão do pagamento do crédito;
- 8.5.2 – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- 8.5.3 – Haver seguros veiculares e imobiliários;
- 8.5.4 – Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;
- 8.5.5 – Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal de Contas;
- 8.5.6 – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- 8.5.7 – Ocorrência de casos fortuitos ou força maior;
- 8.5.8 – Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários;
- 8.5.9 – Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados.
- 8.6 – O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da CONTRATADA ou irregularidade durante o processo de liquidação.
- 8.7 – O pagamento será feito em depósito em conta corrente informada pela CONTRATADA, em parcela correspondente ao cronograma de desembolso, na forma da legislação vigente.
- 8.7.1 - Por se tratar de execução de obra por empreitada, seu cronograma de desembolso será efetuado de acordo com a medição apresentada pela contratada e aceita pela contratante, observado os percentuais máximos estabelecidos no cronograma físico-financeiro (Anexo B).
- 8.7.2 - Os limites para pagamento e mobilização de obras e serviços deverá obrigatoriamente atender o cronograma físico-financeiro.
- 8.8 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-A e juros moratórios de 0,5% ao mês.
- 8.9 – A compensação financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = N \times V \times I$ , onde EM é o encargo moratório devido, N é o número de dias atrasados do pagamento, V é o valor que deveria ser pago, e I é o índice de compensação, com valor de 0,00016438.
- 8.10 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a Administração para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA.
- 8.11 – É vedado à CONTRATADA a cessão de crédito para instituições financeiras decorrentes dos pagamentos futuros dispostos no instrumento convocatório e seus anexos, ressalvada a hipótese do art. 46 da Lei Complementar nº 123/06.

## **9 – REAJUSTES DOS PREÇOS**

- 9.1 – Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 9.2 – Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice EMOP exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



9.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4 – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5 – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.6 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.7 – O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## **10 – PENALIDADES**

10.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

10.1.1 – Advertência;

10.1.2 – Multa(s);

10.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2 – São infrações leves as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, mas sem prejuízo à Administração, em especial:

10.2.1 – Não prestar os serviços conforme as especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, corrigindo em tempo hábil a execução;

10.2.2 – Não observar as cláusulas contratuais referentes às obrigações, quando não importar em conduta mais grave;

10.2.3 – Deixar de adotar as medidas necessárias para adequar os serviços às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos;

10.2.4 – Deixar de apresentar imotivadamente qualquer documento, relatório, informação, relativo à execução do contrato ou ao qual está obrigado pela legislação;

10.2.5 – Apresentar intempestivamente os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.

10.3 – São infrações médias as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, em especial:

10.3.1 – Reincidir em conduta ou omissão que ensejou a aplicação anterior de advertência;

10.3.2 – Atrasar o início ou conclusão da prestação dos serviços;

10.3.3 – Não completar a prestação dos serviços;

10.3.4 – Não cumprir os prazos estabelecidos no cronograma de execução da obra de maneira injustificada.



10.4 – São infrações graves as condutas que caracterizam inexecução parcial ou total do contrato, em especial:

10.4.1 – Recusar-se o adjudicatário, sem a devida justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

10.4.2 – Atrasar o início ou conclusão da prestação de serviços em prazo superior a 15 (quinze) dias úteis.

10.4.3 – Atrasar reiteradamente a execução ou substituição dos serviços.

10.5 – São infrações gravíssimas as condutas que induzam a Administração a erro ou que causem prejuízo ao erário, em especial:

10.5.1 – Apresentar documentação falsa;

10.5.2 – Simular, fraudar ou não iniciar a execução do contrato;

10.5.3 – Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;

10.5.4 – Cometer fraude fiscal;

10.5.5 – Comportar-se de modo inidôneo;

10.5.6 – Não manter sua proposta;

10.5.7 – Não recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o FGTS, quando cabível.

10.6 – Será aplicada a penalidade de advertência às condutas que caracterizam infrações leves que importarem em inexecução parcial do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

10.7 – Será aplicada a penalidade de multa às condutas que caracterizam infração média, grave ou gravíssima que importarem em inexecução parcial ou total do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, observada as seguintes graduações:

10.7.1 – Para as infrações médias, o valor da multa será arbitrado entre 1 a 50 UNIFBJ;

10.7.2 – Para as infrações graves, o valor da multa será arbitrado entre 51 a 100 UNIFBJ;

10.7.3 – Para as infrações gravíssimas, o valor da multa será arbitrado entre 100 a 200 UNIFBJ.

10.8 – Será aplicada a penalidade de suspensão temporária, que poderá ser cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA, se recusar a adotar as medidas necessárias para adequar a execução às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, por até 02 (dois) anos.

10.9 – Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, que poderá ser cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA cometer infração gravíssima com dolo, má-fé ou em conluio com servidores públicos ou outras licitantes.

10.10 – A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal produz efeitos apenas para o Município de Bom Jardim - RJ.

10.10.1 – Além da multa, poderá ser declarada a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública quando:

10.10.1.1 – Apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal ou comportar-se de modo inidôneo;

10.10.1.2 – Deixar de recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o depósito do FGTS, causando prejuízo ao erário,



10.10.1.3 – Abandonar deliberadamente o serviço já iniciado, deixando de executar o objeto do contrato e induzindo a rescisão contratual.

10.11 – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeito em todo o território nacional.

10.12 – Para assegurar os efeitos da declaração de inidoneidade e da suspensão temporária, a Administração incluirá as empresas sancionadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, até a reabilitação da empresa sancionada.

10.13 – A reabilitação da declaração de inidoneidade será concedida quando a empresa ou profissional penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.14 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o licitante vencedor não mantiver a sua proposta no respectivo prazo de validade; não iniciar a execução do serviço no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da ordem de serviço, ou ainda quando o adjudicatário se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, esta poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para substituir o licitante faltoso.

10.14.1 – conforme disposição no caput do art. 81, da Lei Federal 8.666/93, a sanção referida neste item, não se aplica aos licitantes que convocados, conforme ordem de classificação das propostas, não aceitarem a contratação.

10.15 – As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, poderão ser aplicados aos profissionais ou às empresas que praticarem os ilícitos previstos nos incisos do art. 88 do mesmo diploma legal, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

10.16 – Serão utilizados, para conversão dos valores das multas em moeda corrente, os valores atuais da unidade fiscal de referência de Bom Jardim – UNIFBJ, na forma do art. 439 do Código Tributário Municipal (LCM nº 218/2016), equivalente a 44,27 (quarenta e quatro inteiros e vinte e sete centésimos) de UFIR-RJ.

10.17 – As multas aplicadas deverão ser recolhidas em favor do Município no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

10.18 – As multas aplicadas e não recolhidas no prazo do instrumento convocatório serão inscritas em dívida ativa e executadas judicialmente conforme o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 e na legislação tributária vigente, acrescida dos encargos correspondentes.

10.19 – As penalidades só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

## **11 – CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATUAL**

11.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar e retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sendo cientificada de que sua omissão ensejará decaimento do direito à contratação, sem prejuízo à aplicação das penalidades dispostos no instrumento convocatório e seus anexos.

11.2 – Alternativamente ao comparecimento perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá enviar o termo de contrato ou aceite assinado mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico com a respectiva assinatura digital, cujo marco do cumprimento será contado a partir da data de postagem.

11.3 – O aceite de nota de empenho ou instrumento equivalente, emitida à licitante vencedora, implica no reconhecimento que:



11.3.1 – A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

11.4 – O prazo para assinar, aceitar ou retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela parte durante o seu transcurso e tenha ocorrido fato justificado aceito pela Administração.

11.5 – Como requisito para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas no instrumento convocatório e seus anexos.

## **12 – DURAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1 – O contrato terá duração de 10 meses, com eficácia na forma do art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, a iniciar da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, na forma da legislação vigente.

12.1.1 - O contrato só poderá ser prorrogado mediante a apresentação de justificativa, junto à cópia do diário de obras.

12.1.2 – O contrato poderá ser prorrogado de acordo com o Plano Plurianual e demais Leis orçamentárias do município, de acordo com o art. 57, I da Lei 8.666/93.

12.2 – O contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, após a devida justificativa, obrigando a CONTRATADA a aceitar seus termos e resguardado o equilíbrio econômico-financeiro, nas seguintes hipóteses:

12.2.1 – Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração;

12.2.2 – Quando houver modificação do valor contratual em razão de acréscimos ou supressão quantitativa dos serviços a serem prestados, na forma do art. 65, §1º da Lei Federal 8.666/93.

12.3 – O contrato poderá ser alterado por comum acordo das partes, após justificativa da Administração, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 – Quando conveniente a substituição de garantia de execução;

12.3.2 – Quando necessária a modificação da forma do serviço ou da dinâmica de execução do contrato, em razão da verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.3.3 – Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, sendo vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço;

12.3.4 – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

12.3.5 – Quando necessária a supressão de serviços a serem prestados em proporção superior à 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.4 – Havendo alteração unilateral, a Administração restabelecerá, por aditamento, o equilíbrio financeiro-econômico inicial.

12.5 – A Administração poderá, após a devida justificativa, ordenar por escrito a suspensão do contrato pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo neste limite eventuais prorrogações de suspensão ou novos pedidos de suspensão.



12.6 – O reinício da execução do contrato, após a suspensão, será realizado após ordem da Administração, nos moldes adotados para a execução do objeto.

12.7 – O contrato será extinto após a conclusão de sua execução, por rescisão determinada por ato unilateral da Administração, por rescisão administrativa consensual ou por rescisão judicial.

12.8 – São hipóteses de rescisão determinada por ato unilateral da Administração:

12.8.1 – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.8.2 – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

12.8.3 – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;

12.8.4 – O atraso injustificado no início da execução;

12.8.5 – A paralisação da execução sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

12.8.6 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no instrumento convocatório e seus anexos;

12.8.7 – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

12.8.8 – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio da fiscalização;

12.8.9 – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

12.8.10 – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

12.8.11 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

12.8.12 – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

12.8.13 – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

12.9 – A rescisão amigável se dará mediante comum acordo entre a Administração e a CONTRATADA, reduzida a termo no processo de licitação.

12.10 – A rescisão por ato unilateral da Administração acarretará nas consequências dispostos no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de eventual aplicação de penalidades por inexecução contratual.

### **13 – SUBCONTRATAÇÃO**

13.1 - Será admitida a subcontratação, no limite de 25% do valor total do objeto, nas seguintes condições:

13.1.1 – É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

13.1.2 – É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação;

13.1.3 – É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica definidas no instrumento convocatório;

13.1.4 – É vedada a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a CONTRATADA.



13.2 – A subcontratação depende de autorização prévia da Administração, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira necessários para a execução do objeto.

13.3 – Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4 – Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

## **14 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

14.1 – O critério de julgamento é o MENOR PREÇO.

14.2– A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

## **15 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

15.1 - Comprovante de inscrição, em nome da pessoa jurídica licitante, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

15.2 - Declaração do licitante, possuir vínculo, na data de entrega da proposta, com profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica - ART ou registro de responsabilidade técnica - RRT por execução de serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Os documentos podem ser demonstrados pelo interessado, na forma do Art. 30, § 6º da Lei 8.666/93.

15.2.1 - Entende-se como vinculado ao licitante o profissional de nível superior, que na data prevista para entrega da proposta, seja o sócio, administrador ou diretor da empresa licitante, comprovando seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; ou o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou o prestador de serviços com declaração formal de compromisso de vinculação futura. Os documentos podem ser demonstrados pelo interessado, na forma do Art. 30, § 6º da Lei 8.666/93.

15.2.2 - A comprovação de deter atestado de responsabilidade técnica - ART ou registro de responsabilidade técnica - RRT poderá ser feita mediante a apresentação do respectivo ART/RRT e da CAT - Certidão de Acervo Técnico do profissional, na forma da Resolução nº 1025/09 do CONFEA.

15.2.3 - No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que tratam os itens 15.2.1 e 15.2.2 poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10º, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

15.2.4 - O item de maior relevância é **2.4 PAVIMENTAÇÃO**.

Item da planilha orçamentária:

**2.4.2 – 08.020.00008-A - PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS CONCRETO, ALTAMENTE VIBRADO INTERTRAVADO, C/ ARTICULAÇÃO VERTICAL, PRÉ-FABRICADOS, COR NATURAL, ESP. 6 CM, RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO 35MPA, ASSENTES SOBRE COLCHÃO DE PÓ DE PEDRA, AREIA OU MATERIAL EQUIVALENTE, C/JUNTAS TOMADAS OU ARGAMASSAS CIMENTO E AREIA, TRAÇO DE 1:4 E OU COM PEDRISCO E ASFALTO, EXCL. PREPARO DO TERRENO, COM**



*FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, BEM COMO A COLOCAÇÃO.*

***2.4.3 – 08.027.0042-A - MEIO FIO RETO DE CONCRETO, SIMPLES FCK=15MPA, PRÉ-MOLDADO, TIPO DER-RJ, MEDINDO0,15M NA BASE E COM ALTURA DE 0,30M, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO DE 1:3,5, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, ESCAVAÇÃO E REATERRO.***

15.2.5 – A escolha do item acima se deu por ser o item de maior complexidade de execução.

## **16 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

16.1 – A apresentação da certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento da pessoa jurídica, na forma do art. 3º da L. 11.101/05, não sendo causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

16.2 – A apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, aceitos, alternativamente:

1- por publicação em diário oficial;

2- por publicação em jornal;

3- por cópia ou fotocópia de livro diário incluindo os termos de abertura e encerramento devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente;

4- por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópias das respectivas folhas do SPED, inclusive do termo de abertura e encerramento, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 do Código Civil.

16.3 – A comprovação da boa situação financeira da empresa, constatada mediante obtenção do índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro e zero décimos), resultante da aplicação da fórmula  $LG = (AC+RLP) / (PC+PNC)$ , onde AC é ativo circulante, RLP é realizável em longo prazo, PC é passivo circulante e PNC é passivo não circulante, vedado arredondamento do cálculo.

16.4 – A licitante que apresentar resultado inferior a 1,0 (um inteiro e zero décimos) do índice de Liquidez Geral (LG) deverá comprovar, considerados os riscos para a Administração, o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado dos itens vencidos pelo licitante.

16.5 – Em caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

16.6 – Em caso de haver previsão legal ou previsão no contrato social, admite-se a apresentação de balanço patrimonial intermediário.

16.7 – O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/ 2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual, da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, caso seja a sua primeira contratação com administração pública, sendo devidamente declarado.



## 17 – GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 - O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.2 - No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.5 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.

17.6 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

17.7 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.8 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Administração, em conta específica a ser informada pela Secretaria Municipal de Fazenda, com correção monetária.

17.9 - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

17.10 - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.11 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.12 - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.13 - A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.14 - Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante,



mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

17.15 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

17.16 - A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Termo de Referência e no Contrato.

## **18 – VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA**

18.1 - Será facultada a visita à área onde objetiva realizar **a CONSTRUÇÃO DA PRAÇA, na Rua João Jacinto de Carvalho, São Miguel, Bom Jardim / RJ**, mediante agendamento, para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para verificar todas as informações relativas à sua descrição.

18.2 - A visita poderá ser agendada através de petição protocolada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, das 09h às 17 h ou através do e-mail [gabineteprefeitopmbj@gmail.com](mailto:gabineteprefeitopmbj@gmail.com) e/ou [projetospmbj2021@gmail.com](mailto:projetospmbj2021@gmail.com) em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura dos envelopes.

18.3 - As licitantes não poderão alegar desconhecimento das características técnicas dos serviços, mesmo que optem por não vistoriar.

18.4 - Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato. A empresa que optar em não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 1 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

## **19 - DEMAIS OBSERVAÇÕES**

19.1 – O presente estará disponível aos interessados em participar do certame no Setor de Licitações do Município, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim - 2º andar – Comissão Geral de Licitações e Compras, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h e na SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS, 4º andar do endereço citado acima e nos mesmos dias e horários.

19.2 – São anexos ao presente Termo de Referência os seguintes documentos:

19.2.1 – Anexo A – Planilha orçamentária;

19.2.2 - Anexo B – Cronograma físico financeiro;

19.2.3 - Anexo C – Memorial de cálculo;

19.2.4 - Anexo D – Demonstrativo BDI;

19.2.5 - Anexo E – Memorial descritivo;

19.2.6 – Anexo F – Estudo Técnico Preliminar;

19.2.7 - Anexo G – Desenhos Técnicos.

19.3 - A licitação será regida pela Lei 8.666/93.

## **20 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E CIÊNCIA DOS FISCAIS E GESTOR DO CONTRATO.**

20.1 – É responsável pela elaboração deste documento a servidora:



**Carla Martins de Souza Dutra Silva**  
Chefe de Planejamento e Projetos Básicos  
Matrícula nº 12/3618

20.2 – Estão cientes de suas indicações e atribuições:

**Hudson Rodrigues de Souza**  
Engenheiro Civil  
Matrícula nº 10/6265  
CPF nº 138.441.437-18

**Beathriz Nunes Chapin Barroso**  
Matrícula nº 41/6957  
CPF nº 163.163.857-22

18.3 – Está de acordo com os termos:

**Rhamon Marllon Freitas Moreira**  
Secretário de Projetos Especiais  
Matrícula nº 41/6928  
CPF nº 116.505.007-26



## ANEXO A – DO TERMO DE REFERÊNCIA

Obra: <i>Construção Praça na Rua João Jacinto de Carvalho, Bairro São Miguel- Bom Jardim/RJ</i>						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
ITEM	CODIGO EMOP	DESCRICAO	UNID.	QUANT.	PREÇOS	
					UNITARIO	TOTAL
<b>1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES</b>						
<b>1.1 - PROJETOS E CANTEIRO DE OBRA</b>						
1.1.1	02.004.0006-A	BARRACAO OBRA C/DIVISAO INTERNA P/ESCRITORIO E ALOJAMENTO,PISO TABUAS MAD.3*,2,50M ACIMA DO SOLO SOBRE ESTAQUEAMENTO PECAS MAD.3*,3*X4.1/2",PAREDES CHAPAS MAD.COMPENSADA,PROVA D'AGUA,10MM ESP.COBERTURA TELHAS ONDULADAS 6MM FIBROCIMENTO,EXCLPINT.E LIGACOES PROVISORIAS,REAPROVEITADO 5 VEZES.ESPACO ENTRE SOLO E PISO BARRACAO DIVIDIDO 3 DEPOSITOS DE MAT.INERTE	M2	6,00	367,40	2.204,40
1.1.2	02.020.0003-A	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA,TIPO BANNER/PLOTTER,CONSTITUIDA POR LONA E IMPRESSAO DIGITAL,EXCLUSIVE SUPORTE DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	1,00	124,01	124,01
1.1.4	02.002.0005-A	TAPUME DE VEDACAO OU PROTECAO, EXECUTADO COM TELHAS TRAPEZOIDAIS DE ACO GALVANIZADO, ESPESSURA DE 0,5MM, ESTAS COM 4 VEZES DE UTILIZACAO, INCLUSIVE ENGRADAMENTO DE MADEIRA, UTILIZADO 2VEZES E PINTURA ESMALTE SINT. NA FACE EXT.	M2	90,00	38,13	3.431,70
					<b>Sub Total</b>	<b>5.760,11</b>
<b>TOTAL DO ITEM 1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES</b>						<b>5.760,11</b>
<b>2.0 - CONSTRUÇÃO GERAL</b>						
<b>2.1 - ALVENARIA</b>						
2.1.1	13.026.0011-A	REVESTIMENTO DE PAREDES COM AZULEJO BRANCO 15X15CM,QUALIDADEEXTRA,ASSENTES COM NATA DE CIMENTO COMUM,TENDO JUNTAS CORRIDAS COM 2MM,REJUNTADAS COM PASTA DE CIMENTO BRANCO,EXCLUSIVECHAPISCO E EMBOCO	M2	40,80	72,87	2.973,10
2.1.2	13.301.0125-B	CONTRAPISO, BASE OU CAMADA REGULARIZADORA, EXECUTADA C/ARG.DE CIM. E AREIA 1:4, ESP. DE 3CM	M2	15,00	33,57	503,55
2.1.3	12.003.0095-A	ALVENARIA DE TIJOLOS CERAMICOS FURADOS 10X20X30CM,COMPLEMENTADA COM 20% DE TIJOLOS DE 10X20X20CM,ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E SAIBRO,NO TRACO 1:8,EM PAREDES DE UMA VEZ(0,20M),DE SUPERFICIE CORRIDA,ATE 3,00M DE ALTURA E MEDIDA PELA AREA REAL	M2	81,60	94,07	7.676,11
					<b>Sub Total</b>	<b>11.152,76</b>
<b>2.2 - ESTRUTURA</b>						
2.2.1	11.003.0001-B	CONCRETO DOSADO RACIONALMENTE PARA UMA RESISTENCIA CARACTERISTICA A COMPRESSAO DE 10MPA, INCLUSIVE MATERIAIS, TRANSPORTE, PREPARO COM BETONEIRA, LANCAMENTO E ADENSAMENTO	M3	11,48	541,49	6.216,31
2.2.2	11.013.0130-A	CONCRETO ARMADO,FCK=20MPA, INCLUINDO MATERIAIS PARA 1,00M3 DE CONCRETO (IMPORTADO DE USINA) ADENSADO E COLOCADO, 12,00M2 DE AREA MOLDADA, FORMAS CONF. O ITEM 11.004.00 22, 60KG DE ACOCA-50, INCL. MAO-DE-OBRA PARA CORTE, DOBRAGEM, MONTAGEM E COL. DAS FORMAS, EXCL. ESCORAMENTO	M3	4,59	2.290,65	10.514,08
					<b>Sub Total</b>	<b>16.730,39</b>
<b>2.3 - REVESTIMENTO</b>						
2.3.1	13.002.0011-B	REVESTIMENTO EXTERNO, DE UMA VEZ, COM ARGAMASSA DE CIMENTO , SAIBRO MACIO E AREIA FINA ,NO TRACO 1:3:3, COM ESP. DE 2,5CM, INCLUSIVE CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3, COM ESP. DE 9MM	M2	81,60	32,08	2.617,73
					<b>Sub Total</b>	<b>2.617,73</b>
<b>2.4 - PAVIMENTAÇÃO</b>						
2.4.2	08.020.0008-A	PAVIMENTACAO LAJOTAS CONCRETO , ALTAMENTE VIBRADO INTERTRAVADO, C/ARTICULACAO VERTICAL ,PRE-FABRICADOS COR-NATURAL,ESP.6CM, RESISTENCIA A COMPRESSAO 35MPA, ASSENTES SOBRE COLCHAO PO-DE- PEDRA, AREIA OU MATERIAL EQUIVALENTE, C/JUNTAS TOMADAS C/ARGAMASSA CIMENTO E AREIA, TRACO 1:4 E/OU C/PEDRISCO E ASFALTO, EXCL. PREPARO TERRENO, C/FORN.DE TODOS OS MAT., BEM COMO A COLOCAC.	M2	530,73	85,17	45.202,27
2.4.3	08.027.0042-A	MEIO-FIO RETO DE CONCRETO SIMPLES FCK=15MPA,PRE-MOLDADO,TIPODER-RJ,MEDINDO 0,15M NA BASE E COM ALTURA DE 0,30M,REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:3,5,COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS,ESCAVACAO E REATERRO	M	73,70	67,35	4.963,70
					<b>Sub Total</b>	<b>50.165,97</b>



2.5 - ESQUADRIAS						
2.5.4	14.002.0208-A	GUARDA-CORPO DE FERRO GALVANIZADO, COM MÓDULO DE 2,20M DE COMPRIMENTO, COM DOIS TUBOS DE 2" NA HORIZONTAL, PILARETES DE CONCRETO COM SEÇÃO 20X20CM E 1,00M DE ALTURA, INCLUSIVE TODOS OS MATERIAIS E PINTURA. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	36,00	414,92	14.937,12
					<b>Sub Total</b>	<b>14.937,12</b>
2.6 - PINTURA						
2.6.1	17.017.0010-A	PREPARO DE SUPERFÍCIES NOVAS, COM REVESTIMENTO LISO, INCLUSIVE LIXAMENTO, LIMPEZA, UMA DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO, UMA DEMÃO DE MASSA CORRIDA OU ACRÍLICA E NOVO LIXAMENTO COM REMOÇÃO DO RESÍDUO	M2	81,60	21,84	1.782,14
2.6.2	17.018.0185-A	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA TEXTURIZADA NA COR BRANCA, ACABAMENTO FOSCO, PARA INTERIOR OU EXTERIOR, APLICADAS EM DUAS DEMÃOS SOBRE CONCRETO, ALVENARIA, BLOCO DE CONCRETO, CIMENTO SEM AMIANTO OU REVESTIMENTO	M2	40,80	30,17	1.230,94
2.6.3	17.017.0360-A	PINTURA INTERNA OU EXTERNA SOBRE FERRO COM TINTA TIPO GRAFITE EM DUAS DEMÃOS APÓS LIXAMENTO, LIMPEZA E UMA DEMÃO DE TINTA ANTIOXÍDIO	M2	72,00	19,21	1.383,12
					<b>Sub Total</b>	<b>4.396,20</b>
2.7 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRAULICAS						
2.7.1	15.007.0570-A	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR, DE 10 A 30A X 250V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	3,00	12,91	38,73
2.7.2	15.007.0575-A	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR, DE 10 A 50A X 250V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	2,00	39,67	79,34
2.7.3	15.007.0605-A	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR, DE 60 A 100A X 250V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	1,00	145,45	145,45
2.7.4	15.019.0065-A	TOMADA ELÉTRICA 2P+T, 20A/250V, PADRÃO BRASILEIRO, DE EMBUTIR, COM PLACA 4"X2", INCLUSIVE CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO E 2 DISJUNTORES MONOFÁSICOS DE 10 A 30A. FORN. E COLOCAÇÃO	UN	1,00	89,23	89,23
2.7.5	15.020.0080-A	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO DE 400W-110/220V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	2,00	57,90	115,80
2.7.6	15.020.0075-A	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO DE 150W-110/220V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	14,00	40,89	572,46
2.7.7	15.036.0070-A	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSQUEÁVEL DE 3/4", INCLUSIVE CONEXÕES E EMENDAS, EXCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M	100,00	8,77	877,00
2.7.8	15.036.0071-A	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSQUEÁVEL DE 1", INCLUSIVE CONEXÕES E EMENDAS, EXCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M	30,00	11,89	356,70
2.7.9	15.007.0208-A	HASTE PARA ATERRAMENTO, DE COBRE DE 5/8" (16MM), COM 3,00M DE COMPRIMENTO. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	1,00	80,44	80,44
2.7.10	15.007.0405-A	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA PARA DISJUNTORES TERMO-MAGNÉTICOS UNIPOLARES, DE SOBREPOR, COM PORTA E BARRAMENTOS DE FASE, NEUTRO E TERRA, PARA INSTALAÇÃO DE ATÉ 6 DISJUNTORES SEM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	1,00	119,52	119,52
2.7.11	15.008.0085-A	CABO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO, COMPREENDENDO: PREPARO, CORTE E ENFIAMENTO EM ELETRODUTOS, NA BITOLA DE 2,5MM <sup>2</sup> , 450/750V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	300,00	3,45	1.035,00
2.7.12	15.008.0090-A	CABO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO, COMPREENDENDO: PREPARO, CORTE E ENFIAMENTO EM ELETRODUTOS NA BITOLA DE 4MM <sup>2</sup> , 450/750V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	100,00	4,79	479,00
2.7.13	15.008.0095-A	CABO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO, COMPREENDENDO: PREPARO, CORTE E ENFIAMENTO EM ELETRODUTOS, NA BITOLA DE 6MM <sup>2</sup> , 450/750V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	50,00	6,34	317,00
2.7.14	18.027.0434-A	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DIRECIONAL, PARA LÂMPADA INCANDESCENTE (EXCLUSIVE ESTA). FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	9,00	50,27	452,43
2.7.16	18.027.0143-A	LUMINÁRIA FECHADA PARA ILUMINAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS, PARQUES, PRACAS E RUAS, NA FORMA OVOIDE, CORPO REFLETOR ESTAMPADO E CHAPA DE ALUMÍNIO, REFRACTOR PRISMÁTICO EM VIDRO BORO-SILICATO, PARA LÂMPADA MISTA VAPOR DE MERCÚRIO, VAPOR DE SÓDIO OU VAPOR METÁLICO ATÉ 250W, EXCLUSIVE LÂMPADA E REATOR. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	10,00	379,18	3.791,80
2.7.17	15.017.0315-A	TERMINAL MECÂNICO A COMPRESSÃO, FABRICADO EM COBRE, PARA CABO DE 300MM <sup>2</sup> . FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	8,00	63,97	511,76



2.7.18	15.001.0020-B	CAIXA DE ALVENARIA EM TIJOLOS MACICOS(7X10X20CM),EM PAREDESDE MEIA VEZ,COM DIMENSOES DE 0,20X0,20X0,30M,ASSENT. COM ARGAM. DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:4,VER. INTERNAMENTE	UN	7,00	216,74	1.517,18
2.7.19	21.001.0010-A	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO,CIRCULAR,RETO DE 9,00M,COMCABECA DE CONCRETO,EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO POSTE E DA CABECA	UN	1,00	298,46	298,46
2.7.20	21.001.0060-A	ASSENTAMENTO DE POSTE RETO,DE ACO DE 3,50 ATE 6,00M,COM ENGASTAMENTO DA PARTE INFERIOR DA COLUNA DIRETAMENTE NO SOLO,EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO POSTE	UN	7,00	139,73	978,11
2.7.21	21.002.0010-A	POSTE DE CONCRETO COM SECAO CIRCULAR,RETO,COM 9,00M DE COMPRIMENTO,TIPO LEVE,EXCLUSIVE TRANSPORTE.FORNECIMENTO	UN	1,00	1.615,91	1.615,91
2.7.22	21.003.0054-A	POSTE DE ACO,RETO,CONICO CONTINUO,ALTURA DE 4,50M,SEM SAPATAESPECIFICACAO EM-CME-04 DA RIOLUZ.FORNECIMENTO	UN	3,00	1.390,00	4.170,00
2.7.23	15.011.0014-A	ENTRADA DE SERVICIO(PC), PADRAO AMPLA, PARA MEDICAO TRIFASICA, 1MEDIDOR, INSTALADO EM MURO, COM CARGA INSTALADA ATE 30KW, CONSTANDO DE POSTE DE CONCRETO COMPLETO, CABINE EM ALVENARIA, COMPORTE,CAIXA PARA INSTALACAO DO MEDIDOR, CAIXA DE CONCRETO PARA ATERRAMENTO, HASTE DE ATERRAMENTO E DEMAIS MATERIAIS NECESSARIOS, EXCLUSIVE DISJUNTOR E FIO OU CABO DE ENTRADA E SAIDA	UN	1,00	3.221,61	3.221,61
2.7.24	18.002.0080-A	VASO SANIT. DE LOUCA BRANCA, CONVENCIONAL, POPULAR, MED. EMTORNO DE 37 X 47 X 38CM	UN	2,00	215,33	430,66
2.7.25	18.013.0123-A	SIFAO FLEXIVEL, P/PIA OU LAVATORIO, EM PVC	UN	2,00	11,22	22,44
2.7.26	18.013.0133-A	RABICHO PLAST., DE 40CM, C/SAIDA DE 1/2"	UN	2,00	4,42	8,84
2.7.27	18.005.0018-A	ASSENTO SANIT. DE PLAST., POPULAR	UN	2,00	18,58	37,16
2.7.28	18.006.0050-A	PORTA-PAPEL DE LOUCA BRANCA, DE 15 X 15CM	UN	2,00	27,58	55,16
2.7.29	18.009.0058-A	TORNEIRA P/PIA OU TANQUE, 1158, DE 1/2" X 18CM APROX., EM METAL CROM.	UN	2,00	52,44	104,88
2.7.30	18.003.0003-A	VALVULA DE DESC. DE 1.1/2", C/REGISTRO INTEGRADO	UNID	2,00	164,70	329,40
2.7.31	18.006.0005-A	LAVATORIO DE LOUCA BRANCA, POPULAR, S/LADRAO, MED. EM TORNODE 47 X 35CM	UNID	2,00	69,54	139,08
2.7.32	15.036.0037-A	TUBO PVC SD P/AGUA FRIA C/DIAM. DE 25MM, INCL. CONEXOES E EMENDAS, EXCL. ABERT. E FECHAM. DE RASGO	M	48,00	10,99	527,52
2.7.33	15.036.0050-A	TUBO PVC SD P/ESGOTO E AGUAS PLUVIAIS C/DIAM. DE 50MM, INCL.CONEXOES E EMENDAS, EXCL. ABERT. E FECHAM. DE RASGO	M	60,00	20,49	1.229,40
2.7.34	15.036.0052-A	TUBO PVC SD P/ESGOTO E AGUAS PLUVIAIS C/DIAM. DE 100MM, INCL. CONEXOES E EMENDAS, EXCL. ABERT. E FECHAM. DE RASGO	M	48,00	33,88	1.626,24
					<b>Sub Total</b>	<b>25.373,71</b>
<b>2.8- DIVERSOS</b>						
2.8.1	09.001.0001-B	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS, TIPO SAO CARLOS, BATATAIS, LARGA ESANTO AGOSTINHO, INCLUSIVE COMPRA E ARRANCAMENTO NO LOCAL DEORIGEM,CARGA, TRANSPORTE,DESCARGA E PREPARO DO TERRENO	M2	198,78	15,07	2.995,61
2.8.2	05.050.0001-A	Placa de inauguração em alumínio, medindo 0,40 x 0,60m, com 1mm de espessura, com inscrição em plotter. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	UN	1,00	526,84	526,84
2.8.6	09.012.0003-A	BANCO DE CONCRETO ARMADO,MEDINDO 2,00X0,45X0,10M,COM 0,40M DE ALTURA,APOIADO EM 2 BLOCOS DE CONCRETO DE 0,10X0,30X0,40MCOM FUNDACAO CONFORME PROJETO CEHAB,REVESTIDO COM ARGAMASSADE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:4,ACABAMENTO ASPERO	UN	4,00	649,20	2.596,80
2.8.7	09.015.0310-A	BALANCO MULTIUSO EM TUBO DE FERRO GALV. (EXT.E INTERNAMENTE) DE 2.1/2",2"E 1"E ESP.PAREDE 1/8", COMP.DE 2 BALANCOS SIMPL.C/ASSENT. MAD. APARELH., 1 ESC.DUPLA, 1 BARRA SIMPL.E 1 BALANCO P/CADEIR. RODAS C/RAMPA ACESS. PIVOT., TRAVA P/CADEIR. E P/BALANCO, PISO MAD. INTERTRAV. REFORC. C/CAPAC. CARGA 200KG, PINT. C/UMA DEMA0 GALVITE E DUAS DE TINTA ESMALTE SINT. FORNEC./COLOCACAO	UN	1,00	10.812,73	10.812,73
2.8.8	09.015.0314-A	BALANCO DE 5/10ANOS COMPOST.C/2 CADEIRAS,PRESAS EM CORRENTESGALV.FIXAD. P/MEIO DE BRACAD.C/ TRAVESSAO TUBOS FERRO GALV.(EXT.E INTERNAMENTE)DE 2 1/2"E ESP.PAREDE 1/8",SUSPENSAS EMCAVALETES TUBO FERRO GALV.2", CHUMBADOS EM SAPATAS CONCRETO,PINTADOS C/BASE GALVITE E 2 DEMAOS ACABAMENTO.FORNECIMENTO ECOLOCACAO	UN	1,00	3.381,82	3.381,82
2.8.9	09.015.0324-A	ESCORREGA DE 5/10ANOS C/ALTURA DE 1,57M MADEIRA APARELHADA ETUBOS DE FERRO GALVANIZADO(EXT.E INTERNAMENTE)DE 3/4" E 2"E ESPESSURA DE PAREDE DE 1/8",COM PINTURA DE BASE GALVITE E2 DEMAOS DE ACABAMENTO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	1,00	4.093,91	4.093,91



2.8.10	09.015.0330-A	GANGORRA DE 5/10ANOS C/2 PRANCHAS.MADEIRA APARELHADA, ESTASFIXADAS EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO(EXT.E INTERNAMENTE) DE2"E 2 1/2" E ESPESSURA DE PAREDE DE 1/8",COM PINTURA DE BASEGALVITE E 2 DEMAOS DE ACABAMENTO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	1,00	2.870,44	2.870,44
2.8.12	09.014.0015-A	MESA DE JOGOS COM 4 BANCOS.TAMPO DE MESA EM MARMORITE ARMADO,NA COR NATURAL,TENDO NO CENTRO TABULEIRO DE XADREZ EM MARMORITE NAS CORES BRANCA E PRETA,PES(MESA E BANCOS)DE CONCRETOARMADO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	2,00	1.766,71	3.533,42
2.8.13	16.001.0056-A	MADEIRAMENTO PARA COBERTURA EM QUATRO OU MAIS AGUAS EM TELHAS CERAMICAS, CONSTITUIDO DE CUMEEIRA, TERCAS, RINCOES E ESPIGOES DE 3"X4.1/2", CAIBROS DE 3"X1.1/2", RIPAS DE 1,5X4CM, TUDO EM MADEIRA APARELHADA, SEM TESOURA OU PONTALETE, MEDIDO PELA AREA REAL DO MADEIRAMENTO. FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	15,00	151,68	2.275,20
2.8.14	16.002.0010-A	COBERTURA EM TELHA CERAMICA COLONIAL, EXCLUSIVE CUMEEIRA E MADEIRAMENTO .MEDIDA PELA AREA REAL DE COBERTURA. FORNECIMENTO ECOLOCACAO	M2	15,00	142,28	2.134,20
2.8.15	16.002.0015-A	CUMEEIRA PARA COBERTURA EM TELHAS FRANCESAS, COLONIAIS ROMANAOU PORTUGUESA. FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	4,00	27,06	108,24
					<b>Sub Total</b>	<b>35.329,21</b>
<b>TOTAL DO ITEM 2.0 - CONSTRUÇÃO GERAL</b>						<b>160.703,09</b>
					<b>TOTAL GERAL</b>	<b>166.463,20</b>
					<b>BDI 20,73%</b>	<b>34.507,82</b>
					<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>200.971,02</b>

<b>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>			
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM</b>			
SETOR DE ENGENHARIA E PROJETOS			
<b>OBRA: CONSTRUÇÃO PRAÇA RUA JOÃO JACINTO DE CARVALHO</b>			
<b>LOCAL: BOM JARDIM-RJ</b>			
<b>Estimativa de Custo</b>			<b>ago/22</b>
<b>1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES</b>	R\$	5.760,11	3,46%
<b>2.0 - CONSTRUÇÃO GERAL</b>	R\$	160.703,09	96,54%
<b>TOTAL SEM BDI</b>		<b>R\$ 166.463,20</b>	<b>100%</b>
<b>BDI = 20,73%</b>		<b>R\$ 34.507,82</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 200.971,02</b>	



## ANEXO B – DO TERMO DE REFERÊNCIA

<b>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>						
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM</b>						
SETOR DE ENGENHARIA E PROJETOS						
<b>CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO</b>						
<b>Construção Praça na Rua João Jacinto de Carvalho, Bairro São Miguel- Bom Jardim/RJ</b>						
		<b>1º mês</b>	<b>2º mês</b>	<b>3º mês</b>	<b>4º mês</b>	<b>TOTAL</b>
1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES	%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	R\$	5.760,11	-	-	-	5.760,11
2.0 - CONSTRUÇÃO GERAL	%	20,00%	25,00%	25,00%	30,00%	100,00%
	R\$	32.140,62	40.175,77	40.175,77	48.210,93	160.703,09
<b>Sub-Total:</b>	R\$	<b>37.900,73</b>	<b>40.175,77</b>	<b>40.175,77</b>	<b>48.210,93</b>	<b>166.463,20</b>
<b>B.D.I. 20,73%</b>	%	7.856,82	8.328,44	8.328,44	9.994,13	34.507,82
<b>TOTAL:</b>	R\$	<b>45.757,55</b>	<b>48.504,21</b>	<b>48.504,21</b>	<b>58.205,05</b>	<b>200.971,02</b>
<b>% das Etapas</b>	%	22,77%	24,13%	24,13%	28,96%	100,00%
<b>TOTAL ACUMULADO:</b>		<b>45.757,55</b>	<b>94.261,76</b>	<b>142.765,97</b>	<b>200.971,02</b>	
<b>% Acumulado</b>		22,77%	46,90%	71,04%	100,00%	



## ANEXO C – DO TERMO DE REFERÊNCIA

<b>Obra:</b> PRAÇA RUA JOÃO JACINTO DE CARVALHO (SÃO MIGUEL) - Bom Jardim/RJ					
<b>MEMÓRIA DE CÁLCULO</b>					
ITEM	CODIGO EMOP	DESCRICAO	UNID.	QUANT.	CÁLCULO
<b>1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					
<b>1.1 - PROJETOS E CANTEIRO DE OBRA</b>					
1.1.1	02.004.0006-A	BARRACAO OBRA C/DIVISAO INTERNA P/ESCRITORIO E ALOJAMENTO,PISO TABUAS MAD.3*,2,50M ACIMA DO SOLO SOBRE ESTAQUEAMENTO PECAS MAD.3*,3*X4.1/2",PAREDES CHAPAS MAD.COMPENSADA,PROVA D'AGUA,10MM ESP.COBERTURA TELHAS ONDULADAS 6MM FIBROCIMENTO,EXCLPINT.E LIGACOES PROVISORIAS,REAPROVEITADO 5 VEZES.ESPACO ENTRE SOLO E PISO BARRACAO DIVIDIDO 3 DEPOSITOS DE MAT.INERTE	M2	6,00	3,00m x 2,00m
1.1.2	02.020.0003-A	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA,TIPO BANNER/PLOTTER,CONSTITUIDA POR LONA E IMPRESSAO DIGITAL,EXCLUSIVE SUPORTE DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	1,00	1,00m x1,00m
1.1.4	02.002.0005-A	TAPUME DE VEDACAO OU PROTECAO, EXECUTADO COM TELHAS TRAPEZOIDAIS DE ACO GALVANIZADO, ESPESSURA DE 0,5MM, ESTAS COM 4 VEZES DE UTILIZACAO, INCLUSIVE ENGRADAMENTO DE MADEIRA, UTILIZADO 2VEZES E PINTURA ESMALTE SINT. NA FACE EXT.	M2	90,00	(35,00+10,00)2,00(al tura)
<b>2.0 - CONSTRUÇÃO GERAL</b>					
<b>2.1 - ALVENARIA</b>					
2.1.1	13.026.0011-A	REVESTIMENTO DE PAREDES COM AZULEJO BRANCO 15X15CM,QUALIDADEEXTRA,ASSENTES COM NATA DE CIMENTO COMUM,TENDO JUNTAS CORRIDAS COM 2MM,REJUNTADAS COM PASTA DE CIMENTO BRANCO,EXCLUSIVECHAPISCO E EMBOCO	M2	40,80	4,50+4,50+2,30+2,30 )X3
2.1.2	13.301.0125-B	CONTRAPISO, BASE OU CAMADA REGULARIZADORA, EXECUTADA C/ARG.DE CIM. E AREIA 1:4, ESP. DE 3CM	M2	15,00	5,00 X 3,00
2.1.3	12.003.0095-A	ALVENARIA DE TIJOLOS CERAMICOS FURADOS 10X20X30CM,COMPLEMENTADA COM 20% DE TIJOLOS DE 10X20X20CM,ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E SAIBRO,NO TRACO 1:8,EM PAREDES DE UMA VEZ(0,20M),DE SUPERFICIE CORRIDA,ATE 3,00M DE ALTURA E MEDIDA PELA AREA REAL	M2	81,60	4,50+4,50+2,30+2,30) X3X2
<b>2.2 - ESTRUTURA</b>					
2.2.1	11.003.0001-B	CONCRETO DOSADO RACIONALMENTE PARA UMA RESISTENCIA CARACTERISTICA A COMPRESSAO DE 10MPA, INCLUSIVE MATERIAIS, TRANSPORTE, PREPARO COM BETONEIRA, LANCAMENTO E ADENSAMENTO	M3	11,48	(45,00x1,50x0,10)+(94,73x0,05)
2.2.2	11.013.0130-A	CONCRETO ARMADO,FCK=20MPA, INCLUINDO MATERIAIS PARA 1,00M3 DE CONCRETO (IMPORTADO DE USINA) ADENSADO E COLOCADO, 12,00M2 DE AREA MOLDADA, FORMAS CONF. O ITEM 11.004.00 22, 60KG DE ACOCA-50, INCL. MAO-DE-OBRA PARA CORTE, DOBRAGEM, MONTAGEM E COL. DAS FORMAS, EXCL. ESCORAMENTO	M3	4,59	Baldrames das muretas (35,50+19,00+20,00+19,00)0,15X0,10= 2,10 + sap 4(0,80x0,80x0,20)+ pil 4(0,30x0,15x4)+ vigas 2(0,30x0,15x14)
<b>2.3 - REVESTIMENTO</b>					
2.3.1	13.002.0011-B	REVESTIMENTO EXTERNO, DE UMA VEZ, COM ARGAMASSA DE CIMENTO , SAIBRO MACIO E AREIA FINA ,NO TRACO 1:3:3, COM ESP. DE 2,5CM, INCLUSIVE CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3, COM ESP. DE 9MM	M2	81,60	4,50+4,50+2,30+2,30) X3X2
<b>2.4 - PAVIMENTAÇÃO</b>					
2.4.2	08.020.0008-A	PAVIMENTACAO LAJOTAS CONCRETO , ALTAMENTE VIBRADO INTERTRAVADO, C/ARTICULACAO VERTICAL ,PRE-FABRICADOS COR-NATURAL,ESP.6CM, RESISTENCIA A COMPRESSAO 35MPA, ASSENTES SOBRE COLCHAO PO-DE-PEDRA, AREIA OU MATERIAL EQUIVALENTE, C/JUNTAS TOMADAS C/ARGAMASSA CIMENTO E AREIA, TRACO 1:4 E/OU C/PEDRISCO E ASFALTO, EXCL. PREPARO TERRENO, C/FORN.DE TODOS OS MAT., BEM COMO A COLOCAC.	M2	530,73	Projeto (área em planta)
2.4.3	08.027.0042-A	MEIO-FIO RETO DE CONCRETO SIMPLES FCK=15MPA,PRE-MOLDADO,TIPODER-RJ,MEDINDO 0,15M NA BASE E COM ALTURA DE 0,30M,REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:3,5,COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS,ESCAVACAO E REATERRO	M	73,70	35,50+25,00+6.60+6,60



2.5 - ESQUADRIAS					
2.5.4	14.002.0208-A	GUARDA-CORPO DE FERRO GALVANIZADO, COM MÓDULO DE 2,20M DE COMPRIMENTO, COM DOIS TUBOS DE 2" NA HORIZONTAL, PILARETES DE CONCRETO COM SEÇÃO 20X20CM E 1,00M DE ALTURA, INCLUSIVE TODOS OS MATERIAIS E PINTURA. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	36,00	36,00 X1 (grade da mureta às margens do rio)
2.6 - PINTURA					
2.6.1	17.017.0010-A	PREPARO DE SUPERFÍCIES NOVAS, COM REVESTIMENTO LISO, INCLUSIVE LIMPEZA, UMA DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO, UMA DEMÃO DE MASSA CORRIDA OU ACRÍLICA E NOVO LIXAMENTO COM REMOÇÃO DO RESÍDUO	M2	81,60	4,50+4,50+2,30+2,30) X3X2
2.6.2	17.018.0185-A	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA TEXTURIZADA NA COR BRANCA, ACABAMENTO FOSCO, PARA INTERIOR OU EXTERIOR, APLICADAS EM DUAS DEMÃOS SOBRE CONCRETO, ALVENARIA, BLOCO DE CONCRETO, CIMENTO SEM AMIANTO OU REVESTIMENTO	M2	40,80	4,50+4,50+2,30+2,30) X3
2.6.3	17.017.0360-A	PINTURA INTERNA OU EXTERNA SOBRE FERRO COM TINTA TIPO GRAFITE EM DUAS DEMÃOS APÓS LIXAMENTO, LIMPEZA E UMA DEMÃO DE TINTA ANTIOXÍDICO	M2	72,00	36,00 X1 (grade da mureta às margens do rio) X2
2.7 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS					
2.7.1	15.007.0570-A	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR, DE 10 A 30AX250V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	3,00	3 unidades
2.7.2	15.007.0575-A	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO, BIPOLAR, DE 10 A 50AX250V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	2,00	2 unidades
2.7.3	15.007.0605-A	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO, TRIPOLAR, DE 60 A 100AX250V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	1,00	1 unidade
2.7.4	15.019.0065-A	TOMADA ELÉTRICA 2P+T, 20A/250V, PADRÃO BRASILEIRO, DE EMBUTIR, COM PLACA 4"X2", INCLUSIVE CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO E 2 DISJUNTORES MONOFÁSICOS DE 10 A 30A. FORN. E COLOCAÇÃO	UN	1,00	1 unidade
2.7.5	15.020.0080-A	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO DE 400W-110/220V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	2,00	2 unidades
2.7.6	15.020.0075-A	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO DE 150W-110/220V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	14,00	14 unidades
2.7.7	15.036.0070-A	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSQUEÁVEL DE 3/4", INCLUSIVE CONEXÕES E EMENDAS, EXCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M	100,00	100m
2.7.8	15.036.0071-A	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSQUEÁVEL DE 1", INCLUSIVE CONEXÕES E EMENDAS, EXCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M	30,00	30m
2.7.9	15.007.0208-A	HASTE PARA ATERRAMENTO, DE COBRE DE 5/8" (16MM), COM 3,00M DE COMPRIMENTO. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	1,00	1 unidade
2.7.10	15.007.0405-A	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA PARA DISJUNTORES TERMO-MAGNÉTICOS UNIPOLARES, DE SOBREPOR, COM PORTA E BARRAMENTOS DE FASE, NEUTRO E TERRA, PARA INSTALAÇÃO DE ATÉ 6 DISJUNTORES SEM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	1,00	1 unidade
2.7.11	15.008.0085-A	CABO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO, COMPREENDENDO: PREPARO, CORTE E ENFIAMENTO EM ELETRODUTOS, NA BITOLA DE 2,5MM <sup>2</sup> , 450/750V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	300,00	300m
2.7.12	15.008.0090-A	CABO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO, COMPREENDENDO: PREPARO, CORTE E ENFIAMENTO EM ELETRODUTOS NA BITOLA DE 4MM <sup>2</sup> , 450/750V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	100,00	100m
2.7.13	15.008.0095-A	CABO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO, COMPREENDENDO: PREPARO, CORTE E ENFIAMENTO EM ELETRODUTOS, NA BITOLA DE 6MM <sup>2</sup> , 450/750V. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	50,00	50m
2.7.14	18.027.0434-A	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DIRECIONAL, PARA LÂMPADA INCANDESCENTE (EXCLUSIVE ESTA). FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	9,00	9 unidades
2.7.16	18.027.0143-A	LUMINÁRIA FECHADA PARA ILUMINAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS, PARQUES, PRACAS E RUAS, NA FORMA OVOIDE, CORPO REFLETOR ESTAMPADO E CHAPA DE ALUMÍNIO, REFRACTOR PRISMÁTICO EM VIDRO BOROSILICATO, PARA LÂMPADA MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO, VAPOR DE SÓDIO OU VAPOR METÁLICO ATÉ 250W, EXCLUSIVE LÂMPADA E REATOR. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	10,00	10 unidades



2.7.17	15.017.0315-A	TERMINAL MECANICO A COMPRESSAO, FABRICADO EM COBRE,PARA CABODE 300MM2. FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	8,00	8 unidades
2.7.18	15.001.0020-B	CAIXA DE ALVENARIA EM TIJOLOS MACICOS(7X10X20CM),EM PAREDESDE MEIA VEZ,COM DIMENSOES DE 0,20X0,20X0,30M,ASSENT. COM ARGAM. DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:4,VER. INTERNAMENTE	UN	7,00	7 unidades
2.7.19	21.001.0010-A	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO,CIRCULAR,RETO DE 9,00M,COMCABECA DE CONCRETO,EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO POSTE E DA CABECA	UN	1,00	1 unidade
2.7.20	21.001.0060-A	ASSENTAMENTO DE POSTE RETO,DE ACO DE 3,50 ATE 6,00M,COM ENGASTAMENTO DA PARTE INFERIOR DA COLUNA DIRETAMENTE NO SOLO,EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO POSTE	UN	7,00	7 unidades
2.7.21	21.002.0010-A	POSTE DE CONCRETO COM SECAO CIRCULAR,RETO,COM 9,00M DE COMPRIMENTO,TIPO LEVE,EXCLUSIVE TRANSPORTE.FORNECIMENTO	UN	1,00	1 unidade
2.7.22	21.003.0054-A	POSTE DE ACO,RETO,CONICO CONTINUO,ALTURA DE 4,50M,SEM SAPATAESPECIFICACAO EM-CME-04 DA RIOLUZ.FORNECIMENTO	UN	3,00	3 unidades
2.7.23	15.011.0014-A	ENTRADA DE SERVICO(PC), PADRAO AMPLA, PARA MEDICAO TRIFASICA, 1MEDIDOR, INSTALADO EM MURO, COM CARGA INSTALADA ATE 30KW, CONSTANDO DE POSTE DE CONCRETO COMPLETO, CABINE EM ALVENARIA, COMPORTA,CAIXA PARA INSTALACAO DO MEDIDOR , CAIXA DE CONCRETO PARA ATERRAMENTO, HASTE DE ATERRAMENTO E DEMAIS MATERIAIS NECESSARIOS, EXCLUSIVE DISJUNTOR E FIO OU CABO DE ENTRADA E SAIDA	UN	1,00	1 unidade
2.7.24	18.002.0080-A	VASO SANIT. DE LOUCA BRANCA, CONVENCIONAL, POPULAR, MED. EMTORNO DE 37 X 47 X 38CM	UN	2,00	2 unidades
2.7.25	18.013.0123-A	SIFAO FLEXIVEL, P/PIA OU LAVATORIO, EM PVC	UN	2,00	2 unidades
2.7.26	18.013.0133-A	RABICHO PLAST., DE 40CM, C/SAIDA DE 1/2"	UN	2,00	2 unidades
2.7.27	18.005.0018-A	ASSENTO SANIT. DE PLAST., POPULAR	UN	2,00	2 unidades
2.7.28	18.006.0050-A	PORTA-PAPEL DE LOUCA BRANCA, DE 15 X 15CM	UN	2,00	2 unidades
2.7.29	18.009.0058-A	TORNEIRA P/PIA OU TANQUE, 1158, DE 1/2" X 18CM APROX., EM METAL CROM.	UN	2,00	2 unidades
2.7.30	18.003.0003-A	VALVULA DE DESC. DE 1.1/2", C/REGISTRO INTEGRADO	UN	2,00	2 unidades
2.7.31	18.006.0005-A	LAVATORIO DE LOUCA BRANCA, POPULAR, S/LADRAO, MED. EM TORNODE 47 X 35CM	UN	2,00	2 unidades
2.7.32	15.036.0037-A	TUBO PVC SD P/AGUA FRIA C/DIAM. DE 25MM, INCL. CONEXOES E EMENDAS, EXCL. ABERT. E FECHAM. DE RASGO	M	48,00	48m
2.7.33	15.036.0050-A	TUBO PVC SD P/ESGOTO E AGUAS PLUVIAIS C/DIAM. DE 50MM, INCL.CONEXOES E EMENDAS, EXCL. ABERT. E FECHAM. DE RASGO	M	60,00	60m
2.7.34	15.036.0052-A	TUBO PVC SD P/ESGOTO E AGUAS PLUVIAIS C/DIAM. DE 100MM, INCL. CONEXOES E EMENDAS, EXCL. ABERT. E FECHAM. DE RASGO	M	48,00	48m
<b>2.8- DIVERSOS</b>					
2.8.1	09.001.0001-B	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS,TIPO SAO CARLOS, BATATAIS, LARGA ESANTO AGOSTINHO, INCLUSIVE COMPRA E ARRANCAMENTO NO LOCAL DEORIGEM,CARGA,TRANSPORTE,DESCARGA E PREPARO DO TERRENO	M2	198,78	198,78m²(áreas indicadas em planta)
2.8.2	05.050.0001-A	Placa de inauguração em alumínio, medindo 0,40 x 0,60m, com 1mm de espessura, com inscrição em plotter. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	UN	1,00	1 unidade
2.8.6	09.012.0003-A	BANCO DE CONCRETO ARMADO,MEDINDO 2,00X0,45X0,10M,COM 0,40M DE ALTURA,APOIADO EM 2 BLOCOS DE CONCRETO DE 0,10X0,30X0,40MCOM FUNDACAO CONFORME PROJETO CEHAB,REVESTIDO COM ARGAMASSADE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:4,ACABAMENTO ASPERO	UN	4,00	2 unidades
2.8.7	09.015.0310-A	BALANCO MULTIUSO EM TUBO DE FERRO GALV. (EXT.E INTERNAMENTE) DE 2.1/2",2"E 1"E ESP.PAREDE 1/8", COMP.DE 2 BALANCOS SIMPL.C/ASSENT. MAD. APARELH., 1 ESC.DUPLA, 1 BARRA SIMPL.E 1 BALANCO P/CADEIR. RODAS C/RAMPA ACESS. PIVOT., TRAVA P/CADEIR. E P/BALANCO, PISO MAD. INTERTRAV. REFORC. C/CAPAC. CARGA 200KG, PINT. C/UMA DEMAIO GALVITE E DUAS DE TINTA ESMALTE SINT. FORNEC./COLOCACAO	UN	1,00	1 unidade



2.8.8	09.015.0314-A	BALANCO DE 5/10ANOS COMPOST.C/2 CADEIRAS,PRESAS EM CORRENTES GALV.FIXAD. P/MEIO DE BRACAD.C/ TRAVESSAO TUBOS FERRO GALV.(EXT.E INTERNAMENTE)DE 2 1/2" E ESP.PAREDE 1/8",SUSPENSAS EMCAVALETES TUBO FERRO GALV.2", CHUMBADOS EM SAPATAS CONCRETO.PINTADOS C/BASE GALVITE E 2 DEMAOS ACABAMENTO.FORNECIMENTO ECOLOCACAO	UN	1,00	1 unidade
2.8.9	09.015.0324-A	ESCORREGA DE 5/10ANOS C/ALTURA DE 1,57M MADEIRA APARELHADA ETUBOS DE FERRO GALVANIZADO(EXT.E INTERNAMENTE)DE 3/4" E 2"E ESPESSURA DE PAREDE DE 1/8",COM PINTURA DE BASE GALVITE E2 DEMAOS DE ACABAMENTO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	1,00	1 unidade
2.8.10	09.015.0330-A	GANGORRA DE 5/10ANOS C/2 PRANCHAS,MADEIRA APARELHADA, ESTASFIXADAS EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO(EXT.E INTERNAMENTE) DE2"E 2 1/2" E ESPESSURA DE PAREDE DE 1/8",COM PINTURA DE BASE GALVITE E 2 DEMAOS DE ACABAMENTO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	1,00	1 unidade
2.8.12	09.014.0015-A	MESA DE JOGOS COM 4 BANCOS,TAMPO DE MESA EM MARMORITE ARMADO,NA COR NATURAL,TENDO NO CENTRO TABULEIRO DE XADREZ EM MARMORITE NAS CORES BRANCA E PRETA,PES(MESA E BANCOS)DE CONCRETOARMADO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	2,00	2 unidades
2.8.13	16.001.0056-A	MADEIRAMENTO PARA COBERTURA EM QUATRO OU MAIS AGUAS EM TELHAS CERAMICAS, CONSTITUIDO DE CUMEEIRA, TERCAS, RINCOES E ESPIGOES DE 3"X4.1/2", CAIBROS DE 3"X1.1/2", RIPAS DE 1,5X4CM, TUDO EM MADEIRA APARELHADA, SEM TESOURA OU PONTALETE, MEDIDO PELA AREA REAL DO MADEIRAMENTO. FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	15,00	5,00m X 3,00m
2.8.14	16.002.0010-A	COBERTURA EM TELHA CERAMICA COLONIAL, EXCLUSIVE CUMEEIRA E MADEIRAMENTO .MEDIDA PELA AREA REAL DE COBERTURA. FORNECIMENTO ECOLOCACAO	M2	15,00	5,00m X 3,00m
2.8.15	16.002.0015-A	CUMEEIRA PARA COBERTURA EM TELHAS FRANCESAS, COLONIAIS ROMANAOU PORTUGUESA. FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	4,00	4m



## ANEXO D – DO TERMO DE REFERÊNCIA

<b>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>			
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM</b>			
<b>SETOR DE ENGENHARIA E PROJETOS</b>			
<b>DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO B.D.I</b>			
<b>X . Taxa representativa das DESPESAS INDIRECTAS, exceto tributos e despesas fi</b>			
	TIPO	ALÍQUOTA (%)	
X.1 - Administração Central		3,80	
X.2 - Seguros + Garantias		0,32	
X.3 - Riscos		0,50	
		<b>X =</b>	<b>4,62</b>
<b>Y . Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS</b>			
	TIPO	ALÍQUOTA (%)	
Y.1 - Despesas Financeiras		1,02	
		<b>Y =</b>	<b>1,02</b>
<b>Z . Taxa representativa do LUCRO</b>			
	TIPO	ALÍQUOTA (%)	
Z.1 - Lucro Presumido		6,64	
		<b>Z =</b>	<b>6,64</b>
<b>I . Taxa representativa da incidência dos IMPOSTOS ( sobre o FATURAMENTO da</b>			
	TIPO	ALÍQUOTA (%)	
I.1 - I S S ( Imposto sobre Serviços ) - Municipal		3,00	
I.2 - COFINS ( Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) - Fe		3,00	
I.3 - P I S ( Programa de Integração Social ) - Federal		0,65	
		<b>I =</b>	<b>6,65</b>
<b>B D I - Benefício e Despesas Indiretas</b>			
<b>B D I =</b>	$\frac{(1 + X) (1 + Y) (1 + Z)}{(1 - I)}$	<b>- 1</b>	Fórmula do
<b>X é a Taxa somatória das DESPESAS INDIRECTAS, exceto tributos e despesas financeiras;</b>			
<b>Y é a Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS;</b>			
<b>Z é a Taxa representativa do LUCRO;</b>			
<b>I é a Taxa representativa dos IMPOSTOS.</b>			
		<b>B.D.I</b>	<b>→ 20,73%</b>



**ANEXO E – DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**MEMORIAL DESCRITIVO**  
**E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NA RUA JOÃO JACINTO CARVALHO**

**APRESENTAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Bom Jardim apresenta o Memorial descritivo CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NA RUA JOÃO JACINTO DE CARVALHO (SÃO MIGUEL), tem por objetivo fixar as diretrizes técnicas para execução das obras.



## **ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

### **1.0. OBJETIVO**

1.1. A especificação a seguir tem por objetivo estabelecer as normas e preceitos que devem ser obedecidos pela Contratada na execução dos serviços.

### **2.0. INSTALAÇÃO DO CANTEIRO**

2.1. A localização, o preparo e a disponibilização no local da obra, de todos os equipamentos, mão-de-obra, materiais instalações necessárias a execução dos serviços bem como a construção do canteiro de obras, operação e manutenção serão submetidos à aprovação prévia da Fiscalização, bem como os métodos de trabalho a serem adotados em obediência a Norma NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

Deverão ser considerados na instalação do canteiro a placa de obra, o tapume, instalações provisórias e definitivas de luz, água, esgoto e telefone, o barracão de obra, vigilância e demais requisitos necessários a instalação e segurança do canteiro.

Durante o andamento das obras o local de trabalho deverá ser mantido (tanto quando possível) livre de obstáculos, detritos, enfim, de tudo que restrinja a liberdade de trabalho ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.

Quando necessário, a fim de evitar o levantamento de poeira, o local de trabalho deverá ser molhado.

Depois dos trabalhos terminados e antes do pedido de aceitação provisória, deverão ser removidos do local todos os materiais, equipamentos e quaisquer detritos provenientes da obra.

Os trabalhos deverão ser conduzidos de maneira a não intervir no uso normal das propriedades vizinhas ao local de trabalhos.

### **3.0. EQUIPAMENTOS**

3.1. O uso de equipamentos pesados, quando necessário, deverá obedecer às determinações da Fiscalização e às normas pertinentes.

3.2. Os transportes dos equipamentos para eventuais consertos ou mesmo para remoção definitiva da obra correrão por conta da Contratada.

### **4.0. MANUTENÇÃO**

4.1. Caberá à Contratada a manutenção da área da obra (canteiros e logradouros adjacentes), até o final do contrato.

### **5.0. SEGURANÇA DO TRABALHO**

5.1. A Contratada, durante todo período de execução das obras, deverá manter um sistema de Segurança de Trabalho de acordo com a legislação vigente.

### **6.0. PLACA DE OBRA**

6.1. As placas de obras serão conforme modelos determinados pela Prefeitura Municipal de Bom jardim – RJ, sendo (1,00 x 1,00) m e especificações de projeto. Será responsabilidade da



Contratada o fornecimento e colocação de placas, com dizeres sobre a obra, em locais a serem indicados pela prefeitura.

## **7.0. SINALIZAÇÃO**

7.1. A Contratada deverá, sem ônus para a Prefeitura, fornecer, instalar e conservar as placas e luminárias de sinalização, de forma a manter a execução da obra.

## **8.0. TAPUME**

8.1. Esta padronização objetiva estabelecer as dimensões e formas de tapumes a serem utilizados nas obras da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ.

Os tapumes são dispositivos empregados com o objetivo de isolar o canteiro de obras, impedindo o acesso de elementos estranhos e garantindo a segurança.

O tapume será fixo e terá suas peças de sustentação enterradas 50 cm a cada 3,30 m. Constará de uma parte em chapas de compensado E = 6 mm, com pintura a cal e reaproveitamento 2x inclusive portas com 3,30 largura E = 2,20 altura.

O acabamento superior e inferior deverá ser em tábua de 3ª, pintado com cal também.

O portão será em tela e deverá ter dimensão de 3,30 m de largura por 2,00 de altura, possuindo base de bloco de concreto 40x40x20 cm, no traço 1: 4:8, fixadas nas peças de sustentação.

Para evitar o tombamento por ações de vento, choques acidentais ou vandalismo, em alguns pontos o tapume deverá ser escorado pelo lado interno.

Os materiais utilizados deverão ter as seguintes especificações:

- As peças de madeira (peças e tábuas) devem ser em madeira roliça pintadas de branco.
- As chapas de madeira compensado serão da espessura de 6mm;
- As tábuas para o acabamento serão pintadas em duas demãos com cal, interna e externamente;
- A tela de arame será em malha 0,5 – fio 14 BWG ou tela de polipropileno 2 mm e abertura de malha de 80mm;
- Bloco de concreto 1:4:8 (40x40x20cm).

## **9.0. BARRACÃO DE OBRA**

O barracão de obras, será de responsabilidade da Contratada, deverá ser de estrutura de madeira, destinada a receber cobertura de telhas de fibrocimento, em Parajú, constituída por tesouras, cantoneiras, frechais, terças, caibros, ripas, peças de contraventamento, incluindo a ferragem necessária de todos os elementos da estrutura de madeira e observadas todas as prescrições da NB-11. Inclui-se o corte e aparelhamento de peças e eventuais perdas decorrentes, conforme planilha.

Execução da cobertura com chapas onduladas (incluindo cumeeiras, espigões, rufos e etc.), ou perfis trapezoidais de fibrocimento, fixados ao madeiramento por ganchos, parafusos e arruelas de chumbo, de acordo com especificações do fabricante.

Execução a qualquer altura, considerando-se todos os custos inerentes, tais como: transporte vertical dos materiais, andaimes, equipamentos de segurança, perda e transporte, manuseio e outros.



## **10.0. INSTALAÇÕES DEFINITIVAS E PROVISÓRIAS**

10.1. As ligações provisórias e definitivas de água (CAIXA E HIDRÔMETRO D=3/4”), esgoto (TUBO PVC D=100 MM), luz (trifásico até 30KVA), força, telefone, ficarão a carga exclusivo da Contratada, inclusive toda a infra - estrutura dessas ligações, quando for necessário.

## **11.0. PROVIDÊNCIAS RELATIVAS AO TRÂNSITO**

11.1. Nas áreas públicas abrangidas pela construção das obras, terão que ser adotadas as providências necessárias para evitar acidentes ou danos a pessoas ou veículos. Em particular deverá ser providenciado sem ônus para a Prefeitura.

11.1.1. Delimitação das áreas em que serão desenvolvidas as obras ou acumulados materiais necessários às mesmas, obedecendo as prescrições do Código Nacional de Trânsito, do Conselho Nacional do Trânsito.

As áreas delimitadas deverão ser reduzidas ao indispensável, de modo a causar o mínimo obstáculo ao trânsito.

11.1.1.1. Poderá ser interrompida a circulação de veículos na metade das ruas adjacentes e, somente em casos de absoluta necessidade, interrompida totalmente a circulação com desvio do trânsito dos veículos para as ruas adjacentes.

Neste caso deverão ser colocados avisos e iluminação, principalmente nas esquinas mais próximas.

As ruas utilizadas para desvio ao tráfego deverão ser mantidas em perfeitas condições.

## **12.0. TRANSPORTE**

12.1. Todos os materiais a serem fornecidos pela contratada são considerados postos no canteiro.

12.2. A Contratada será responsável pelo transporte horizontal e vertical de todos os materiais e equipamentos desde o local de armazenagem até o local de sua aplicação definitiva.

12.3. Para as operações de transporte, a Contratada proverá equipamento, dispositivos, pessoal e supervisão necessários às tarefas em questão.

## **13.0. ACOMPANHAMENTO FOTOGRÁFICO E DIÁRIO DE OBRA**

13.1. A Contratada deverá enviar, mensalmente, à Prefeitura Municipal de Bom Jardim registro fotográfico das obras e/ou serviços em andamento, bem como diário de obra.

## **14.0. ALTERAÇÕES**

14.1. A prefeitura poderá, se julgar necessário, efetuar alterações nas especificações técnicas e projetos, efetuando redução ou ampliação do objeto deste ajuste.

14.2. Ocorrendo as alterações de que trata a cláusula anterior, a Contratada deverá submeter à prévia aprovação da prefeitura orçamento referente aos acréscimos ou decréscimos de serviços, contemplando os preços unitários cotados em sua proposta apresentada na licitação ou, se inexistentes estes, os praticados no mercado naquele momento e deflacionados para o mês de sua proposta de acordo com os índices citados no edital, mediante composição de custo.



## 15.0. OBSERVAÇÕES GERAIS

- A Contratada deverá confeccionar 02 (dois) uniformes completos por operário. O funcionário não poderá trabalhar sem uniforme.
- Nenhum material será utilizado sem a prévia autorização da Fiscalização. O material além de corresponder às exigências das especificações e planilha deverão ser de fabricação tradicionalmente conhecida e aprovadas pelas normas brasileiras.
- No caso de haver divergências entre especificações, desenhos e planilhas ou houver omissão da especificação do material, prevalecerá a decisão da prefeitura, caso não mencione no contrato.
- A rejeição parcial ou total de material por parte da prefeitura não dará direito a nenhuma indenização.
- A liberação dos serviços executados parciais ou totais só será concedida após a limpeza geral da área detrabalhos.
- Os serviços só serão iniciados após a aprovação das notas de serviços pelaprefeitura.
- Caminhos de serviços e manutenção dos mesmos serão de inteira responsabilidade da Contratada, sem ônus para aprefeitura.
- Todos os serviços de topografia, como nivelamento, seções, “off-sets”, locação de obras, levantamentos de áreas e notas de serviço serão de responsabilidade daContratada.
- Todos os ensaios de concreto serão de responsabilidade da Contratada. Deverão acompanhar os ensaios referentes aos controlestecnológicos.
- Os serviços de topografia e de laboratório somente serão liberados após a aprovação da prefeitura.
- Serão de responsabilidade da Contratada sem ônus para a prefeitura, danos causados às áreas de água, luz, telefone e esgoto existente nas áreas de trabalho, durante a execução dos serviços.
- Todo o material utilizado na confecção de barracão de obra, tapume, placa de obra, e demolição, quando o material for aproveitável, será de propriedade da prefeitura.



## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações aqui apresentadas têm por objetivo orientar, acrescentar e complementar as informações de projeto.

### **1.0. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A especificação para construção estabelece algumas recomendações técnicas para a execução dos serviços de obra relativos aos elementos, componentes construtivos e materiais de construção. Elas servem como referência para as ações de licitação da empreitada, da própria construção e da fiscalização dos serviços e cada item deverá ser aplicada à meta cuja especificação se destina.

O responsável técnico pelos serviços de obra, deverá respeitar as seguintes recomendações:

Ter conhecimento total e perfeito dos seguintes itens, antes do início de qualquer uma das atividades relacionadas com os serviços de obra:

- das condições contratuais dos serviços de obra;
- dos projetos para execução (desenhos);
- das respectivas especificações;
- do cronograma físico – financeiro;
- das condições locais onde serão executadas as obras;
- das normas técnicas brasileiras.
- da necessidade de compilação dos relatórios diários de obra

Esclarecer as dúvidas em consulta com a Prefeitura do Município, com antecedência mínima de 10 (dez) dias a partir da data prevista no cronograma físico – financeiro contratual.

Assumir integral responsabilidade técnica e civil sobre todos os serviços, elementos, componentes e materiais adotados na execução da obra, nos termos da legislação vigente.

Zelar pelo cumprimento da legislação de segurança e higiene do trabalho

Visto isto, temos então abaixo discriminados alguns procedimentos e especificações para a reforma e acréscimo de construção.

### **1.1. PROCEDIMENTOS PRELIMINARES**

Em toda a área destinada às obras, bem como, naquelas adjacentes em que sejam previstos trabalhos auxiliares, deve ser procedida limpeza geral que, conforme o Projeto para Execução indicar, deve constar de:

Roçada;

Demolição de construções existentes necessárias e arrasamento de fundações ou alicerces antigos;

Destocamento e raspagem do solo superficial ou orgânico;

Remoção do lixo e do entulho para fora.

Será evitado o corte de árvores. No caso de existência de árvore que interfira na obra, seu corte só será feito mediante a orientação e a autorização legal necessária. As que forçosamente tiverem de ser removidas devem, sempre que possível, ser replantadas em locais previamente definidos pela Prefeitura do Município.



As providências e as medidas necessárias quanto à remoção dos detritos e da terra imprópria, procedentes da limpeza do terreno, devem ser previamente aprovadas pela Prefeitura do Município. O entulho não deve ser lançado dentro do recinto da obra ou em área adjacentes.

O canteiro de obras deve ser previamente organizado e, na medida do possível mantido limpo. Todo o local para a execução da obra deverá ser cercado com tapumes, por motivos de segurança para proteção da obra evitando roubos, vandalismo e intrusões.

## 1.2. ESPECIFICAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO

### Estrutura:

Foi previsto uma construção em estrutura de concreto armado com Fck de 20Mpa para cintas, vigas e pilares.

A execução das formas, escoramentos e cimbramentos para a construção em alvenaria, deverão garantir o nivelamento, o prumo, o esquadro e o alinhamento dos componentes. As formas devem se dimensionadas de acordo com os esforços a que devem ser submetidas.

Os furos para passagem de tubulações em componentes estruturais devem ser feitos mediante a colocação de caixas ou pedaços de tubos nas formas. Não poderão ser feitas furações nos componentes estruturais senão as previstas.

Nenhum componente estrutural deve ser concretado sem autorização da Fiscalização.

### Cobertura:

Será utilizado como cobertura, telhado em duas águas, com telhas cerâmicas.

### Alvenaria:

Toda a alvenaria das divisórias internas necessária para a reforma, será executadas com tijolos cerâmicos furados de vedação de 09x19x29 cm, em paredes de 12 cm, assentados com argamassa mista de cimento e barro na proporção de 1:8.

As fiadas devem estar niveladas, alinhadas e aprumadas. As juntas não devem ter espessura superior a 1,4cm.

### Argamassas:

As argamassas de assentamento das alvenarias devem ser preparadas mecânica ou manualmente.

Qualquer argamassa em cuja composição houver cimento, somente poderá ser utilizada até no máximo 1 hora após a adição da água.

Nas alvenarias de embasamento, deve ser utilizada argamassa com impermeabilizante.

### Revestimento das Paredes:

Todos os serviços de revestimento das novas paredes devem ser executados com o emprego de materiais de primeira qualidade, mão-de-obra especializada, ferramentas e equipamentos apropriados.

Esses serviços só deverão ser iniciados após a colocação dos batentes, guarnições, rodapés e peitoris e embutidas as tubulações. Do mesmo modo, previamente devem ser testadas as canalizações ou redes condutoras de fluídos em geral.



As superfícies a revestir devem ser limpas e molhadas antes da colocação de qualquer revestimento.

A limpeza deve eliminar gorduras, vestígios orgânicos e outras impurezas que possam acarretar futuros desprendimentos.

A recomposição parcial de qualquer revestimento deve ser executada com perfeição, a fim de não apresentar diferenças ou descontinuidades.

• Revestimentos com Argamassa:

Os revestimentos com argamassa não devem ultrapassar a espessura total de 2,00cm e a colocação deve seguir etapas:

- a) Chapisco: executar com emprego de argamassa de cimento e areia grossa com traço 1:4, lançada com jatos seguidos e fortes sobre as superfícies a serem revestidas, para a sua aderência.
- b) Emboço em massa única de cimento e areia termotratada.
- c) Os andaimes devem ser construídos independentemente das paredes a revestir, de modo a não apresentar manchas de retoques dos furos das travessas.

• Revestimentos de azulejos:

Nos banheiros e cozinha devem ser utilizados azulejos 15cm x 15cm, lisos, com acabamento brilhante, cor branca, de primeira qualidade, tipo extra, colocados com junta a prumo, do piso até o teto, começando do piso para cima. Todas as peças ser da mesma procedência e partida para a garantia de sua uniformidade.

As juntas devem ser perfeitamente alinhadas, tanto horizontal como verticalmente e ter no máximo, 2mm.

A massa de assentamento pode ser a pré – fabricada. Caso seja elaborada no canteiro, o traço deve ser de 1:1:5 de cimento, a cal hidratada e areia média lavada; neste caso, antes do assentamento, as peças devem permanecer imersas em água durante, no mínimo, duas horas.

Após o assentamento dos azulejos e decorridas 48 horas, as paredes devem ser rejuntadas com massa de rejuntamento comercial ou massa de cimento branco e alvaiade, na proporção de 3:1.

Impermeabilizações:

Todos os locais e componentes em contato permanente ou temporário com unidade, devem ser impermeabilizados.

Os serviços de impermeabilização somente devem ser feitos sobre superfícies limpas e secas.

Revestimentos dos Pisos: ( Banheiros )

Os revestimentos dos pisos devem ser executados apenas após estarem concluídas todas as canalizações embutidas, bem como após a conclusão dos revestimentos das paredes e tetos.

Os pisos laváveis devem ter declividade mínima de 1% em direção aos ralos ou a portas externas. Os pisos externos devem ser executados com caimento de 0,5% e acabamento necessário para o escoamento de águas pluviais e de lavagem.



- Contrapisos

Deve ser espalhada uma camada regularizadora de até 10 cm de concreto para lastro. Sob esse lastro deve ser estendido um lençol plástico (lona preta) com o objetivo de evitar que o lastro de concreto entre em contato com o solo. Sobre esse lastro, será fundido o contrapiso com 4cm, no mínimo. A dosagem do contrapiso será de 1:4 em cimento e areia.

Devem ser previstas juntas de dilatação. Na execução do contrapiso já devem ser deixadas as declividades necessárias ao piso acabado, executado de forma a garantir superfícies contínuas, planas, sem falhas e niveladas.

- Pisos Cerâmicos

Serão utilizados ladrilhos cerâmicos de primeira qualidade, classe P.E.I. IV.

Para a colocação dos ladrilhos, devem ser feitas juntas de no máximo 3mm, sempre alinhadas nas duas direções.

A cerâmica a ser colocada em um mesmo ambiente deve ser de uma só origem e partida, a fim de ficar garantida a uniformidade de cor e de tamanho.

Os ladrilhos devem ser bitolados e imersos em água durante no mínimo 2 horas antes da colocação.

Não devem ser aceitos ladrilhos empenados, ou com dimensões irregulares.

A colocação deve ser feita com o emprego de argamassa de cimento, areia e saibro, no traço 1:3:3.

Após a aplicação da argamassa desempenada, espalhar pó de cimento sobre essa argamassa e, só então, assentar os ladrilhos cerâmicos.

### Instalações Elétricas

Serão utilizados conduites rígidos nas bitolas projetadas, para a passagem de cabos e fios nas quantidades especificadas.

O Quadro Geral de distribuição, será de embutir, com capacidade de acordo com a potência do circuito a ser protegido, e de acordo com o indicado pela cessionária de energia elétrica no local da intervenção.

### Instalações Hidráulicas e Sanitárias:

As instalações hidráulicas – sanitárias devem ser executadas com a respectiva tubulação em PVC rígido de modo a facilitar o acesso para a futura manutenção. As tubulações que correrem aparentes devem ser fixadas por abraçadeiras especiais e pintadas com esmalte sintético.

As caixas d'água deverão ser em fibra de vidro ou plástico, sendo instalada no vão da cobertura, sobre as cozinhas e os banheiros.

Nos banheiros, tanto no masculino, como no feminino, para atender aos portadores de deficiência física, serão colocados 02 (dois) amparadores em aço inox, em cada banheiro.

As louças sanitárias devem ser na cor branca e nos tipos abaixo especificados.



- a) Lavatórios de parede (sem coluna);
- b) Bacias sifonadas (vasos);
- c) Acessórios: papeleiras com roletes e porta toalha.

Os assentos sanitários devem ser de plástico, modelo reforçado, de cor branca.

Os metais sanitários devem ter acabamento cromado.

Os registros devem ter acabamento bruto.

#### Esquadrias de Madeira:

As madeiras empregadas devem ser de lei, bem secas, isentas de carunchos, sem nós, buracos ou fendas que venham a comprometer a estética ou a sua durabilidade. Devem receber tratamento anti – cupim e anti – broca com produto à base de pentaclorofenol.

#### •Portas, Janelas e Batentes:

As portas devem ser de boa procedência, lisa, folheada nas duas faces, preparadas para receber pintura e montadas em batente com 4,5cm de espessura e largura de 15cm.

Os batentes devem ser montados e fixados à parede, aparafusados nos tacos de madeira previamente colocados ou fixados com parafusos e buchas de nylon.

As cabeças dos parafusos devem ficar embutidas nos batentes e arrematadas com cavilha de madeira.

Os arremates dos batentes devem ser feitos por meio de guarnições de peroba de 7,0cm x 1,5cm.

Após a colocação dos batentes, eles devem ser protegidos com madeira para evitar danos durante a obra.

As portas devem ser de madeira lisa, completas e devem receber fechadura de cilindro, maçaneta e roseta.

As portas devem receber três dobradiças em ferro galvanizado de 3 x 3 1/2” com eixos e bolas de ferro.

As janelas em madeira de correr em 02(duas) ou mais folhas em vidro de 3,0mm.

Todas as esquadrias de madeira devem ser preparadas para receber pintura esmalte fosco.

#### Esquadrias Metálicas e Serralheria:

As esquadrias de ferro novas, deverão receber tratamento anticorrosão. Após limpeza, aplicar tinta de fundo zarcão ou similar e pintura esmalte especificado.

#### Vidros:

Devem ser utilizados nas janelas vidros lisos com 4,0mm de espessura.

Os vidros devem ser fornecidos nas dimensões definitivas, procurando-se evitar o corte no canteiro.

As bordas de corte devem ser esmerilhadas de forma a se apresentarem lisas e sem irregularidades. Não podem ser utilizadas chapas que apresentem arestas estilhaçadas.



#### Pinturas:

As superfícies a receber pintura devem se apresentar firmes, sem partículas soltas, completamente secas, isentas de graxas, óleos, poeira e mofo. Todas as superfícies devem receber, antes das tintas de acabamento, uma demão de fundo preparador de superfície apropriado as características da pintura de acabamento e do fundo.

#### • Paredes e Tetos:

Todas as paredes internas, com exceção das azulejados, devem receber pintura em latex, na cor branca ou na indicada pela fiscalização

#### • Superfícies de Madeira:

Usar tinta esmalte sintético, nas portas, batentes e janelas, observando:

- a) Lixar e limpar a superfície;
- b) Aplicar uma demão de fundo nivelador branco fosco;
- c) Corrigir as imperfeições com a massa adequada;
- d) Lixar o fundo após 10 horas e aplicar duas demãos de tinta a óleo com intervalo de 12 horas no mínimo;
- e) A aplicação se fará com rolo de espuma, sendo permitido o uso de pincel apenas para arremates e superfícies de pequenas dimensões que não permitam o uso de rolo.

A escolha, de preferência deve recair sobre cores fortes para a pintura das portas, janelas e batentes, pode ser empregada uma outra cor que harmonize com a existente.

#### • Superfícies Metálicas

Nas superfícies metálicas será aplicada tinta a óleo brilhante, observando:

- a) Lixar e desoxidar completamente a superfície;
- b) Aplicar uma ou duas demãos de zarcão, conforme o local;
- c) Lixar, levemente, o fundo após 10 horas de secagem;
- d) Aplicar duas demãos de tinta a óleo brilhante como acabamento, com intervalo de 12 horas entre as demãos.

### **1.3. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS SERVIÇOS**

### **1.4. SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM**

### **1.5. ESPECIFICAÇÃO**

O desenvolvimento das escavações em material de 1º e 2º categorias, quando necessário, deverá se processar mediante a previsão da utilização adequada de parte dos materiais escavados nos aterros a serem executados, sendo o restante transportado para o bota-fora indicado pela fiscalização.



## 1.6. ESCAVAÇÕES

As escavações contidas neste item são aplicáveis quer para obras de terra, estruturas de drenagem pluvial, contenções e para quaisquer escavações necessárias para a conformação do terreno, preparo do subleito, taludes e seções transversais, valas para montagem de tubulações, preparo das fundações para estruturas de concreto e material de empréstimo, se necessário

## 1.7. TIPOS DE ESCAVAÇÃO

A escavação manual consistirá na escavação de material, solto ou frouxo e de outros materiais, onde não for possível a utilização de equipamento mecânico convencional de escavação, ou em áreas onde o emprego de equipamento mecânico provoque danos.

A escavação mecanizada comum consiste em escavação de solos, de rocha alterada ou fraturada, e de pedras soltas por meio de pá mecânica ou motoniveladora ou trator de esteira.

## 1.8. CORTES

Antes do início da escavação, a Contratada submeterá à Fiscalização um plano de escavação baseado em levantamento topográfico, sondagem e observações pessoais.

Além dos detalhes de operação, o plano deverá também detalhar o fluxo de material, para o estudo da possibilidade de usar ou dispor do material, minimizando o seu manuseio.

Sempre que for possível, deverá ser proposto à Fiscalização a utilização do material escavado nos cortes para compor os aterros, fazendo a compensação nas plataformas projetadas. Escavações executadas fora dos limites indicados nos desenhos realizadas por conveniência da Contratada, não serão consideradas para fins de medição. A Contratada deverá instalar marcos topográficos, inclusive de estaqueamento para controle de greides e alinhamento.

Os taludes de escavações permanentes deverão ser protegidos com o plantio de grama, o qual deverá ser executado à medida em que a escavação for sendo concluída, para prevenir erosões.

A Contratada fará o transporte do material escavado, em veículos adequados, até o local de aterro e/ou bota-fora. Todo o material solto, frouxo e outros materiais inaceitáveis, serão removidos.

## 1.9. ATERROS

Os materiais a serem usados na construção de aterros deverão ser preferencialmente, os obtidos diretamente das escavações, e deverão atender os requisitos destas especificações e instruções da Fiscalização na obra, se necessário.

A superfície que receberá o aterro deverá estar totalmente limpa, de vegetação, matéria orgânica e qualquer outro material perecível ou inadequado a compor o aterro. Antes da execução dos aterros deverão estar concluídas todas as obras de arte necessárias à drenagem, redes hidráulicas e outras facilidades necessárias.

Na execução dos aterros não será permitido o uso de solos que tenham capacidade de suporte e expansão inferior ao solo do leito existente, obrigando-se a Contratada a apresentação dos ensaios laboratoriais necessários.



O lançamento do material para construção dos aterros deverá ser em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais como que permitam seu umedecimento e compactação.

Para o corpo dos aterros, a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m.

A superfície dos aterros deverá ser mantida sempre com uma inclinação tal que permita uma rápida drenagem das águas pluviais.

Não será permitido o lançamento de material para o caso de não haver equipamento disponível para espalhamento e compactação imediata.

A superfície do aterro deverá ser permanentemente mantida em condições que possibilitem o trânsito dos equipamentos de construção.

O lançamento deverá ser feito de tal modo que não haja lentes, bolsões, e veios de material, cuja textura, granulometria e plasticidade sejam substancialmente diferentes do material lançado.

### **1.10. ÁREAS DE BOTA-FORA**

Quando necessário, os materiais escavados, assim como aqueles resultantes de demolições e considerados inadequados pela Fiscalização, serão despejados em áreas de bota-fora por ela aprovadas.

A forma e altura dos depósitos em tais áreas deverão se adaptar ao terreno adjacente, inclusive com taludes adequados, de acordo com instruções da Fiscalização.

A Contratada tomará precauções para que o material depositado nessas áreas não venha a causar danos às áreas e obras adjacentes, por deslizamentos, erosão, etc.

A Contratada tomará providências para que haja drenagem apropriada e proteção de taludes, conforme critério da Fiscalização.

## **2.0 PAVIMENTAÇÃO**

### **2.1 EXECUÇÃO, REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUB-LEITO**

A execução do sub-leito, quando necessário, consiste nas operações de terraplenagem, compactação e regularização, viabilizando que o futuro da caixa da via esteja em condições de receber as camadas que consistirão o pavimento.

Os equipamentos a serem utilizados na execução do sub-leito são compactador mecânico, retro escavadeira, caminhão pipa e caminhão basculante.

Os serviços de terraplenagem (corte e aterro) na execução do sub-leito deverão obedecer aos procedimentos a seguir.

- O solo deverá ser escarificado até a profundidade de 10cm.
- A homogeneização do material deverá ser feita por pulverização com grade de riscos ou pulverizador.
- O material em função do seu teor de umidade (que deverá ser ótimo) receberá umedecimento ou secagem. O umedecimento será feito com carro irrigador e a secagem com revolvimento do material com a grade de risco, aguardando a sua secagem natural.



- A camada do material deverá ser regularizada manualmente para que fique com a forma de seção transversal doprojetado.
- A compactação da camada deverá ser feita com compactador mecânico até atingir 95% do grau de compactação do proctornormal.

## 2.2 MEIO-FIO

O meio-fio, será em concreto pré-moldado assentado logo após o preparo do leito, em cavas de fundação previamente compactadas e deverão ter suas arestas superiores rigorosamente alinhadas. As peças deverão ser rejuntadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

## 2.3 SARJETAS

As sarjetas deverão ser executadas com juntas de dilatação a cada 5,00m, rejuntadas com asfalto e locadas de maneira a não coincidirem com as juntas dos meio-fios. O terreno de fundação deverá ser regularizado e apiloado manualmente.

## 2.4 REATERRO DE VALAS

Só poderá ser iniciado o reaterro junto a uma estrutura recém concretada, após decorrido o prazo necessário ao desenvolvimento da resistência do concreto e após a aprovação no teste de estanqueidade das tubulações assentadas. O reaterro deverá também, ser desenvolvido em paralelo com a remoção dos escoramentos

## 2.0 MEIO-FIO

O reaterro ao lado das obras de concreto e tubulação assentada deverá ser executado com o solo isento de pedras, madeira, detritos ou outros materiais que possam danificar as instalações, equipamentos ou qualquer elemento no interior da vala. O solo necessário será proveniente da própria escavação ou de jazidas de empréstimos a critério da Fiscalização.

A critério da Fiscalização, dependendo do tipo de solicitação (recobrimento, tráfego, etc...) bem como do tipo de material do reaterro, ele será procedido com apiloamento em camadas de no máximo 0,20m de espessura, com controle de umidade e do grau de compactação.

Para o caso de terrenos arenosos, a compactação apropriada, será a mecânica através do uso de compactadores pneumáticos e umedecimento de imersão, obtendo-se assim um grau de compacidade relativo de 60%. Para terrenos coesivos, a compactação do material de uma camada de aterro deverá ser feita até se obter uma densidade aparente

seca, em média não inferior a 95% da densidade máxima determinada nos ensaios de compactação, de conformidade com o MB-33 da ABNT.

## 2.1 FORNECIMENTO, ALINHAMENTO E ASSENTAMENTO DE MEIO-FIO

São guias de concreto utilizadas para determinar a faixa destinada ao trânsito de veículos, sendo que os mesmos são pré-moldados obedecendo ao padrão da prefeitura. O meio fio pré-moldado terá a resistência de  $F_{ck} = 15,0$  Mpa.

Serão executados pela equipe de obra de arte corrente, sendo que os mesmos serão escorados em sua parte posterior, alinhados e rejuntados com argamassa. De cimento e areia no traço 1:4.



A junta deverá ser perfeitamente preenchida, em toda sua profundidade, e apresentar perfeito acabamento, formando um plano único com o pavimento, os meios fios serão assentados em solo devidamente compactados. As dimensões do meio fio serão (12 x 18 x35) cm.

### **3.0 DRENAGEM PLUVIAL, REDE SANITÁRIA E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

#### **3.1 PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS**

##### **ESPECIFICAÇÃO**

Consiste no plantio de grama em tapetes ou placas. Será utilizada grama esmeralda. O terreno será regularizado e levemente compactado com soquete manual a fim de evitar afundamento do material após o plantio. Proceder ao plantio refugando as placas com ervas daninhas. Após o plantio a grama será irrigada, levemente compactada e coberta com uma camada de terra vegetal com 2cm de espessura.

#### **4.0 ESTRUTURAS DE CONCRETO**

Este item abrange a execução de todos os trabalhos em concreto e armadura para as estruturas, de acordo, com os desenhos de construção e com o que se especifica a seguir, compreendendo os materiais e equipamentos para a fabricação, transporte, lançamento, adensamento, acabamento, cura, etc.

##### **4.1 REBOCO**

##### **ESPECIFICAÇÃO**

Em todas as superfícies destinadas a terem um acabamento final, será aplicado reboco, constituído de argamassa de cimento, tropical e areia no traço 1:1:6, em volume.

A execução do reboco será iniciada após a pega completa de argamassa do emboço.

As superfícies deverão ser previamente limpas com vassouras e inteiramente umedecidas com auxílio de brocha.

Será regularizado e desempenhado à régua e desempenadeira e deverá apresentar aspecto uniforme, com parâmetro plano, não sendo tolerada qualquer ondulação ou desigualdade do alinhamento da superfície.

A espessura do reboco não poderá ultrapassar 2,5 cm

O acabamento final será feito com desempenadeira de madeira revestida com feltro, camurça ou borracha macia.

Após o acabamento e imediatamente após os sinais de início de endurecimento da argamassa, toda a superfície revestida deverá ser escovada com escova de pelo macio, para a retirada dos grãos de areia soltos.

##### **4.2 PREPARO MECÂNICO OU FORNECIMENTO DE CONCRETO COM LANÇAMENTO** Concreto Fck 15,0Mpa Concreto Fck 18,0 Mpa Concreto Fck 20,0Mpa Concreto Fck 25,0 Mpa

##### **Especificação**

Deverá ser dosado para atingir as resistências Fck especificadas no projeto e para adquirir as outras características necessárias para o emprego do concreto na obra: plasticidade e início de pega adequados ao transporte do sistema de lançamento previsto; granulometria compatível com as dimensões das peças e os detalhes de sua armadura; resistências dos corpos de prova



após o prazo de cura estabelecido, pelo menos igual ao valor do Fck, condição necessária para o início da propensão nas vigias e para o desmembramento das peças, conforme NBR -6118

Os testes deverão ser executados em laboratório credenciados, sendo os resultados encaminhados à Prefeitura.

Para evitar fissuras de retenção, deve-se manter umedecidas, as superfícies do concreto pelo período de sua cura (mínima de cinco dias).

Todo o concreto deverá ser adensado por meio de vibrações durante o seu lançamento, com finalidade de se obter maior compacidade e desacração, eliminando-se vazios, descontinuidades e desagregação dos agregados.

Deverão ser usados vibradores internos, externos ou superficiais dependendo do tipo de elemento estrutural que seja vibrado.

Deverá ser tomado o devido cuidado para se evitar que o excesso de vibração prejudique o posicionamento das formas ou saia estanqueidade.

O concreto recém lançado deverá ser protegido contra temperaturas excessivamente altas, devendo ser mantido permanentemente molhado durante, pelo menos, os sete primeiros dias que seguirem à data do fim do lançamento.

Não poderão ser usados processos de cura que deslocarem as superfícies expostas do concreto ou que reduzam a aderência ou penetração das camadas de acabamento que vierem a ser aplicada.

O concreto a ser empregado em concreto ciclópico deverá ser submetido a controle conforme NBR – 6118.

A pedra -de - mão para concreto ciclópico, de granito ou outra rocha estável, deverá ter qualidade idêntica à exigida para a pedra britada a ser empregada na confecção do concreto.

Deverá ser limpa e isenta de incrustações nocivas e sua máxima dimensão não será superior a 30 cm, nem superior à metade da menor dimensão do elemento a ser construído.

#### **4.3 COMPOSIÇÃO, MISTURA, CONSISTÊNCIA E RESISTÊNCIA**

O concreto será composto de Cimento Portland, água, agregado graúdo, e, se necessário, aditivos redutores de água, retardadores de pega, plastificante e incorporadores de ar, e outros materiais, desde que recomendados e/ou aprovados pela Fiscalização, que produzam no concreto propriedades benéficas, conforme comprovado em ensaios de laboratório.

A composição de misturas deverá ser determinada por qualquer método de dosagem racional, e deverá estar baseada nas pesquisas dos agregados e sua respectiva granulometria, e na melhor relação água/cimento com a finalidade de assegurar:

- Uma mistura plástica e trabalhável, segundo as necessidades de utilização;
- Um produto que não apresenta um aumento excessivo de temperatura na

concretagem e que após uma cura apropriada e um adequado período de endurecimento, tenha resistência, impermeabilidade e durabilidade de acordo com as presentes especificações.

Os traços de concreto, bem como os materiais a serem utilizados na mistura, deverão ser submetidos à aprovação da Fiscalização, devendo os teores de água serem os mínimos necessários para permitir um adensamento satisfatório do concreto.

A consistência do concreto deverá ser uniforme, o concreto que apresentar excesso ou carência de água (excessivamente plástico ou seco), será rejeitado.

As resistências características à compressão de concreto, para todas as estruturas, serão indicadas nos desenhos de construção.

A Contratada definirá os traços do concreto com os quais se obtenha a resistência média à compressão  $f_{ck}$  suficientemente acima da resistência à compressão  $f_{ck}$ , de modo a resistir com um fator de segurança a todas as cargas a serem aplicadas às estruturas.

#### 4.4 CONTROLE DE QUALIDADE

A Contratada manterá um controle rigoroso sobre o preparo do concreto, especialmente em relação à quantidade de água adicionada à mistura, afim de que o concreto seja uniforme e tenha um baixo coeficiente de variação ou baixo desvio padrão das resistências. Deverá tomar também as precauções na fabricação, transporte, lançamento, adensamento, acabamento e cura do concreto, para obedecer todos os requisitos destas especificações.

A Contratada se encarregará do controle tecnológico, com a finalidade de:

- Realizar todos os ensaios necessários para determinar as propriedades características dos materiais previstos para a preparação do concreto.
- Executar, durante o período da construção, ensaios de rotina para controlar a qualidade do concreto e seus componentes, e a sua correspondência com as especificações e detalhes do projeto.
- Providenciar assistência técnica, sempre que necessitada pela obra.

O controle tecnológico do concreto será feito pela Contratada e executado por laboratório idôneo, tendo a Fiscalização absoluta prioridade no exame dos relatórios de quaisquer ensaios efetuados, bem como trânsito livre para supervisionar a elaboração dos ensaios.

A Fiscalização se reserva o direito de manter laboratório próprio de controle de qualidade na obra e de realizar ensaios adicionais sob sua própria responsabilidade, quando julgar conveniente obrigando-se a Contratada a proporcionar todas as facilidades necessárias para a execução deste controle (inclusive retirada de corpos de prova), sem que isto represente qualquer ônus adicional para a Fiscalização.

A escolha dos referidos laboratórios será feita de comum acordo com a Fiscalização, que se reserva o direito de, a seu critério, exigir sua substituição no decorrer dos trabalhos, sem que isto signifique qualquer ônus adicional.

Serão executados os seguintes ensaios:

- Controle de resistência à compressão em corpos de prova cilíndricos de concreto, com 0,15m de diâmetro e 0,30m de altura, moldados e ensaiados de acordo com a NBR 5739, compreendendo a moldagem de quatro corpos de prova para cada 0,30m ou fração de concreto produzido, sendo dois destinados a ensaios aos setedias e dois a ensaios aos vinte e oito dias.
- Determinação do índice de plasticidade (slump test) para cada coleta de amostras de concreto, destinadas a ensaios de compressão de acordo com a NBR 9606.
- Os resultados dos testes deverão estar de acordo com o especificado pela NBR 6118/82, pelos desenhos de construção e/ou pelo laboratório, com base na experiência de obras semelhantes.
- A seu inteiro critério, poderá a Fiscalização exigir providências para que a qualidade do concreto esteja sempre de acordo com estas especificações, podendo ainda, sem nenhum ônus adicional, determinar a demolição de partes já concretadas, caso o concreto não atenda ao especificado.



#### **4.5 MATERIAIS**

A Contratada será responsável pela qualidade de todos os serviços a serem utilizados na mistura do concreto e a sua correspondência com as especificações e pormenores do projeto. Somente materiais aprovados pela Fiscalização poderão ser utilizados no concreto.

O cimento que estiver armazenado por mais de 40 (quarenta) dias, não poderá ser utilizado na obra, a não ser quando aprovado pela Fiscalização após os respectivos ensaios.

A água a ser usada no concreto, argamassa de cimento e injeções, estará livre de quantidades excessivas de silte, matéria orgânica, álcali, óleos, sais ou outras impurezas, conforme indicado na NBR6118:2014.

O agregado miúdo consistirá de areia natural, de rio ou de lavra isenta de torrões de argila, material orgânico, ou qualquer outra ocorrência de materiais que possam comprometer a qualidade da mistura.

O agregado graúdo consistirá de fragmentos de rochas duros e limpos.

Não será permitido um misturamento excessivo de massa, que necessite da adição de água para preservar a consistência necessária do concreto. Em vista disso, a Contratada disporá sempre de um número suficiente de equipamentos para evitar atrasos no lançamento.

O lançamento do concreto será feito de maneira a evitar choques e deslocamentos nas formas, ferragens e embutidos.

#### **4.6 FORMAS E ARMADURAS**

As formas serão executadas com materiais aprovados pela Fiscalização, e serão usadas onde quer que sejam necessárias para confinar o concreto segundo linhas, dimensões e juntas exigidas pelos desenhos do projeto.

As formas terão resistência necessária para suportar a pressão resultante do lançamento e vibração do concreto, e serão mantidas rigidamente em posição, sendo suficientemente estanques para evitar a perda de argamassa.

O tipo, formato, dimensão, qualidade e resistência de todos os materiais utilizados para as formas serão de responsabilidade da Contratada e estarão sujeitas às aprovações pela Fiscalização.

As barras para armaduras serão fornecidas pela Contratada. Será utilizado o aço de acordo com os detalhes do projeto.

A armadura de aço será cortada a frio e dobrada com equipamento adequado, de acordo com a prática usual. Sob circunstância alguma será permitido o aquecimento do aço da armadura para facilitar o dobramento.

A armadura de aço preparada para a colocação será guardada de modo adequado, a fim de evitar contato com terra e lama, bem como será etiquetada, para permitir pronta identificação. Antes de ser colocada na sua posição definitiva será totalmente limpa, ficando isenta de terra, graxa, tintas, carepas e substâncias estranhas que possam reduzir a aderência, e será mantida limpa até que esteja completamente embutida no concreto.

A armadura de aço será apoiada na posição definitiva, como indicado nos desenhos, e de tal maneira, que suporte sem deslocamentos as operações de lançamento de concreto. Isto será



obtido com o emprego de barras de aço, blocos pré-moldados de argamassa, ganchos de metal e outros dispositivos aprovados pela Fiscalização.

#### **4.7 LANÇAMENTO E ADENSAMENTO**

A Contratada manterá a Fiscalização informada de todas as datas de lançamento do concreto, que deverá ser efetuado na presença da Fiscalização, com o tempo seco e em sub-camadas contínuas aproximadamente horizontais de 0,50m de espessura máxima, vibradas de tal forma que garantam o monolitismo entre as sub-camadas sucessivas. Não poderá ser utilizado concreto pré-misturado ou que tenha endurecido de tal forma que sua colocação adequada não possa ser assegurada. A Contratada deverá tomar as seguintes precauções para evitar a segregação do concreto:

- Descarregar o concreto o mais perto possível de sua posição definitiva;
- Empregar métodos e equipamentos adequados, de acordo com a granulometria dos agregados graúdos da massa de concreto;
- Providenciar pessoal encarregado de remover o material porventura segregado, colocando-o sobre o concreto lançado a fim de que ele seja vibrado para dentro da massa;
- O concreto será adensado por vibrador de imersão até adensidade máxima praticável;

#### **5.0 LIMPEZA E DESMOBILIZAÇÃO**

A obra só será concluída após ser perfeitamente limpa e, caso necessário, galerias e bueiros desobstruídos. Todos os materiais não empregados ou resíduos deverão ser retirados.

O canteiro de obras deverá ser desmontado, as ligações e acessos provisórios deverão ser removidas. Todo o pavimento deverá ser rigorosamente varrido, os meios fios devem ser limpos ficando sem vestígios de argamassa.



## **ANEXO F – DO TERMO DE REFERENCIA**



### **SETOR MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS.**

#### **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

##### **1 - Descrição do objeto**

**1.1 Objetos:** Execução dos serviços de ENGENHARIA para execução da obra, de CONSTRUÇÃO DE PRAÇA na Rua João Jacinto de Carvalho, Bairro São Miguel – 1º Distrito, Bom Jardim - RJ.

##### **1.2 Critérios de sustentabilidade:**

- Na concepção dos projetos e especificações em geral foram considerados os seguintes requisitos:
- Emprego de tintas látex à base de água, conforme descrito na Planilha Orçamentária;
- Utilização de lajotas de concreto 35 MPA, preferencialmente sem “chanfro”, que atenda a NBR 15953;
- Os materiais e equipamentos a serem utilizados no sanitário devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;
- Utilização de revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza, e que favoreçam o conforto térmico e acústico das edificações;
- Nos projetos elétricos e de iluminação adotar-se-ão as seguintes soluções:
- Setorização adequada de comandos de iluminação (interruptores) com vistas ao aproveitamento da luz natural;
- Uso de lâmpadas de LED de alta eficiência energética, qualidade e durabilidade, e luminárias eficientes;
- Uso de cabos e fios de alta eficiência elétrica e baixo teor de chumbo e policloreto de vinila – PVC;
- Utilização da Norma ABNT NBR 15920 como referência para dimensionamento econômico dos cabos elétricos com base em perdas por efeito joule.



- Para garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência deverão ser observados os requisitos previstos na NBR 9050 da ABNT, dentre os quais:
- Construção de rampas com inclinação adequada para acesso dos pedestres com dificuldades de locomoção;
- Adequação de sanitários;
- Adaptação de portas nos acessos aos sanitários;

## **2 - Origem da demanda**

2.1 – Trata-se de um espaço público, onde anteriormente estava locado um posto de saúde. unidade foi destruída nas fortes chuvas de 2011 que assolaram toda a Região Serrana, deixando o terreno vago, desde então.

## **3 - Necessidade da contratação**

3.1 – Atualmente a municipalidade não conta com mão de obra suficiente e especializada para execução dos serviços no curto prazo de tempo, sendo necessária a contratação de empresa especializada para realização dos serviços.

## **4 – Alinhamento estratégico**

4.1 - Objetivo Estratégico: reestruturar a infraestrutura física, criar um espaço de lazer e entretenimento para a comunidade.

4.2 - Descrição do objetivo: Construção de Praça visando o bem estar da comunidade local que carece de equipamentos de lazer.

## **5 – Requisitos da contratação**

5.1 São requisitos da contratação:

- Por se tratar de obras de engenharia, faz-se necessário a exigência que a empresa apresente técnico devidamente registrado no CREA e/ou CAU;

## **6 - Justificativas da escolha do tipo de solução a contratar**

6.1 O Bairro de São Miguel é um dos núcleos mais antigos e tradicionais da cidade, e não possui no centro uma área de lazer e entretenimento que a comunidade possa utilizar com conforto e segurança. Atualmente o terreno é uma área baldia, sem segurança e que se transformou em um estacionamento irregular de carretas, carros e caminhões.

A praça está localizada em frente ao maior colégio estadual do município e também do Polo Universitário do CEDERJ.



## 7 - Estimativas preliminares dos preços

7.1 Estimativas estão compatíveis com os quantitativos levantados por meio de cotações com construtoras da região e os custos da EMOP.

## 8 - Resultados pretendidos

8.1 O que se pretende com o objeto a ser contratado é, devolver a comunidade um ambiente de lazer e entretenimento confortável, que atenda as normas de acessibilidade e segurança.

## 9 - Análise de risco

Nº	Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Impacto	Ações de mitigação
1	Licitação fracassar	baixa	baixo	Definição de exigências técnicas compatíveis com o objeto a ser licitado
2	Demora nos procedimentos das fases interna e externa da licitação	baixa	médio	Celeridade na análise e resposta aos pedidos de análise do edital; esclarecimentos; impugnações; e apresentação de propostas de preço.
3	Inexecução total ou parcial dos projetos executivos.	baixa	alto	Monitoramento e controle do cronograma físico-financeiro e uma fiscalização eficiente.
4	Inexecução total ou parcial da obra	baixa	alto	Monitoramento e controle do cronograma físico-financeiro e uma fiscalização eficiente.

## 10 - Declaração da viabilidade ou não da contratação

10.1 Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos técnicos preliminares, a equipe de planejamento declara se a contratação é viável.

Bom Jardim, 16 de Agosto de 2022.

**HUDSON RODRIGUES DE SOUZA**  
ENGENHEIRO CIVIL.

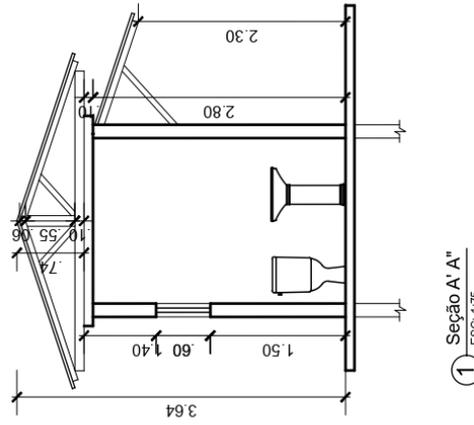
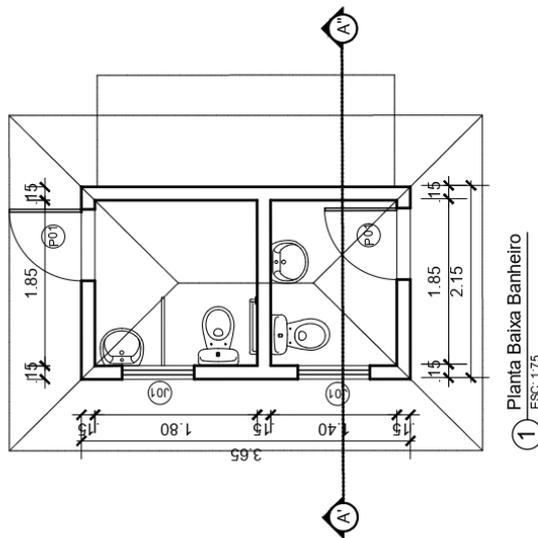
**RHAMON MARLLON FREITAS MOREIRA**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS



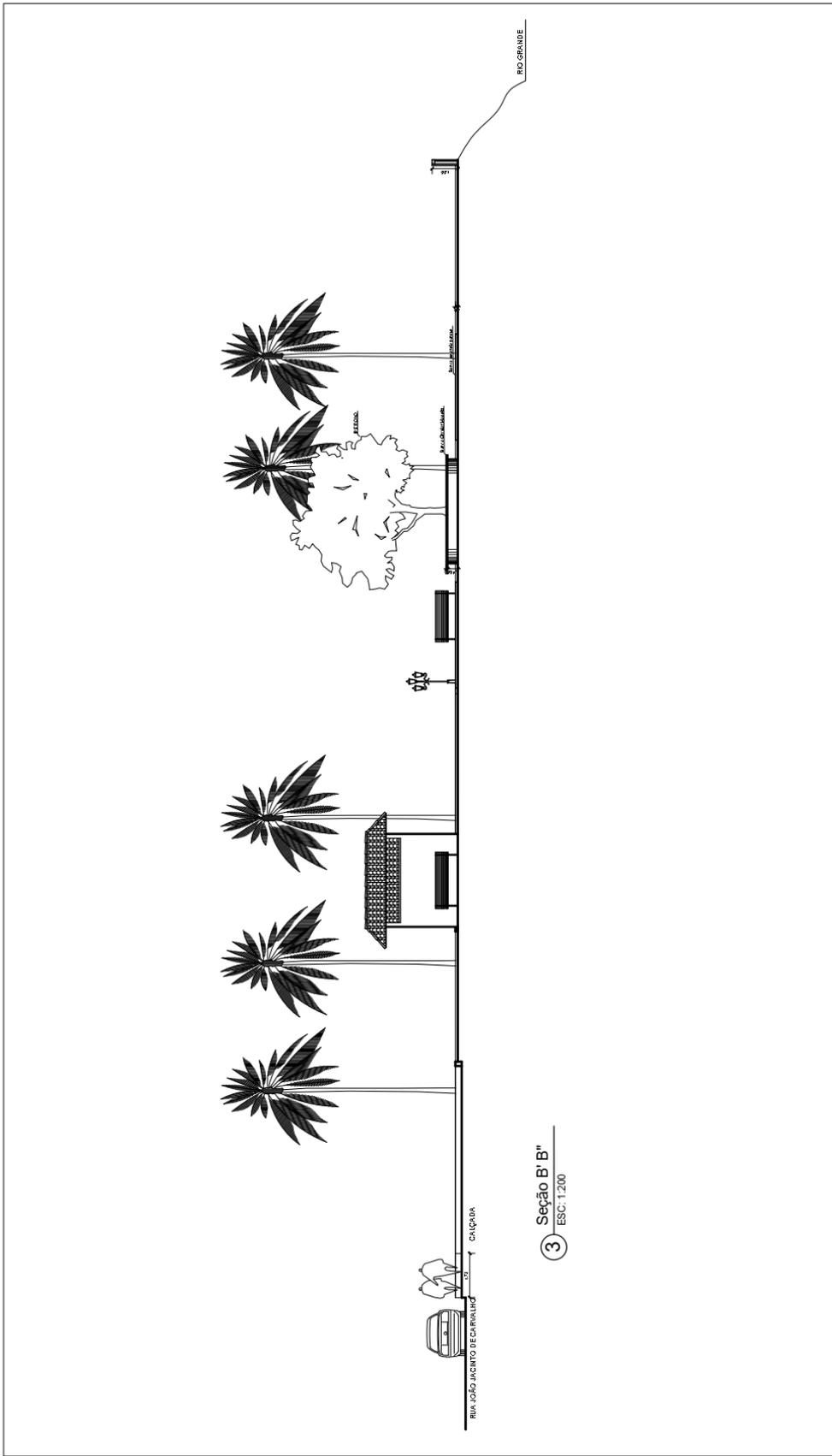
# ANEXO G – DO TERMO DE REFERENCIA

1 Planta Implantação  
ESC. 1:300

	<b>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM</b> <b>SETOR DE PROJETOS ESPECIAIS</b>	<b>DATA:</b> JULHO DE 2022	<b>PROJETO:</b> BEATRIZ NUNES RHAMON M.	<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS:</b> RHAMON MARLON FREITAS MOREIRA Mat. 411/8928 - SMS	<b>CARIMBO:</b> <b>APROVADO</b> PROCESSO _____ EM _____ PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM PAULO VIEIRA DE BARROS PREFEITO
<b>FINIS DO PROJETO E ENDEREÇO:</b> PROJETO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA, SITUADA NA RUA JOÃO JACINTO DE CARVALHO, NO BAIRRO DENOMINADO SÃO MIGUEL, 1º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM-RJ.		<b>ESCALA:</b> 1 : 300	<b>FRANCHA:</b> 01 / 03 PLANTA BAIXA	<b>ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> HUDSON RODRIGUES DE SOUZA Engenheiro Civil - CREA 2014/102052 - Mat. 10/6285 - SMG	



 ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM SETOR DE PROJETOS ESPECIAIS	DATA:	JULHO DE 2022	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS: RHAMON MARLON FREITAS MOREIRA Mat. 411.8928 - SMS	CARIMBO: <b>APROVADO</b> PROCESSO: _____ EM: _____ PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM PAULO VIEIRA DE BARROS PREFEITO
	ESCALA:	1 : 75	FRANCHA: <b>02 / 03</b> PLANTA BAIXA E CORTE	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: HUDSON RODRIGUES DE SOUZA Engenheiro Civil - CREA 2014102052 - Mat. 10 / 6286 - SMG
FINS DO PROJETO E ENDEREÇO: PROJETO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA, SITUADA NA RUA JOÃO JACINTO DE CARVALHO, NO BAIRRO DENOMINADO SÃO MIGUEL, 1º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM-RJ.				



 <p>ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM SETOR DE PROJETOS ESPECIAIS</p>	DATA: JULHO DE 2022	PROJETO: BEATRIZ NUNES RHAMON M.	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS: RHAMON MARLON FREITAS MOREIRA Mat. 411.6828 - S/MG	CARIMBO: <b>APROVADO</b> PROCESSO _____ EM _____ PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM PAULO VIEIRA DE BARROS PREFEITO
FINIS DO PROJETO E ENDEREÇO: PROJETO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA, SITUADA NA RUA JOÃO JACINTO DE CARVALHO, NO BAIRRO DENOMINADO SÃO MIGUEL, 1º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM-RJ.	ESCALA: 1 : 200	FRANCHA: <b>03 / 03</b> CORTE	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: HUDSON RODRIGUES DE SOUZA Engenheiro Civil - CREA 2014/102052 - Mat. 10.4286 - S/MG	



**EDITAL**

**TOMADA DE PREÇOS 001/2023**

**ANEXO II**

**EMPRESA:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Cidade:** \_\_\_\_\_ **Estado:** \_\_\_\_\_ **Tel:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_ **Inscrição Estadual:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL:** \_\_\_\_\_

OBJETO GLOBAL				
ITEM	DESCRIÇÃO DA OBRA	UND	QUANT.	VALOR GLOBAL
ÚNICO	<u>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ENGENHARIA, para CONSTRUÇÃO DE PRACA na Rua João Jacinto de Carvalho, São Miguel, Bom Jardim / RJ.</u>	UND	01	

**Declaro para os devidos fins que nos valores propostos são exequíveis e estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços, bem como declaro que tenho pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 1 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.**

*OBS: Anexar a Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Demonstrativo da Composição do B.D.I devidamente preenchidos com todos os itens*

**Validade da Proposta:** 60 dias

Esta proposta deverá ser preenchida e enviada à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM, devidamente assinada por responsável da firma informante, em envelope lacrado.

Bom Jardim/RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Carimbo do CNPJ e assinatura do proponente



**EDITAL**  
**TOMADA DE PREÇOS 001/2023**  
**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

A empresa \_\_\_\_\_, sediada  
\_\_\_\_\_, inscrita  
no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, vem por intermédio de seu  
representante legal o Sr. (a) \_\_\_\_\_ Portador(a) da  
Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_

**APRESENTA:**

**1 – DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE RIGOROSAMENTE O ART, 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

Declara que esta empresa cumpre, rigorosamente, o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, onde é proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

**2 – DECLARAÇÃO DE ME OU EPP:**

DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Declaro ainda que é :

- MICRO EMPRESA  
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
 MEI – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL  
 NÃO SE ENQUADRA EM PEQUENOS NEGÓCIOS

**3 – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS:**

Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos Supervenientes/impeditivos, para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**4 – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE:**

Declara para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Tomada de Preços nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, instaurado pelo Município de Bom Jardim/RJ, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público Municipal de Bom Jardim/RJ, bem como não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos



documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

### **5 – DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO:**

DECLARA, sob as penas da lei, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou representantes com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, envolvidos no procedimento licitatório.

### **6 – DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA:**

( ) DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa **realizou a visita técnica**, conforme atestado emitido pela Secretaria Municipal de Projetos Especiais, em anexo.

( ) DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa **optou por não realizar a visita técnica**, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 1 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

---

Assinatura do Representante Legal

CARIMBO

Nome do Representante Legal:

Cart. de Identidade:

CPF:

Cargo:

\_\_\_\_\_ (Local), \_\_\_\_\_ (data completa).

### **OBSERVAÇÕES:**

- 1) DECLARAÇÃO CONJUNTA NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.**
- 2) TODAS AS FOLHAS DEVERÃO SER CARIMBADAS E ASSINADAS PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA**



**EDITAL**

**TOMADA DE PREÇOS 001/2023**

**ANEXO IV**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)**

(local) \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2023.

Ao  
Município de Bom Jardim/RJ.  
Praça Gov. Roberto Silveira nº 44 – 2º andar  
Centro-Bom Jardim – RJ.

À Presidente Geral da Comissão Permanente de Licitações e Compras,

Pela presente, fica credenciado o Sr. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua...., portador da Célula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, para representar a empresa \_\_\_\_\_

Inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, na Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS nº \_\_\_\_\_, a ser realizada em \_\_\_\_\_

No endereço acima mencionado, às \_\_\_\_\_ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lances de preços, prestar esclarecimentos, receber notificação, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los, bem como assinar contratos e Atas.

Atenciosamente.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal.

Carimbo do CNPJ.

**OBS:** A carta de credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, com poderes para constituir mandatário e firma reconhecida.

Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa;

**A Carta de Credenciamento NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.**



**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL**

**TOMADA DE PREÇOS 001/2023**

**PROCESSO: 4335/22**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada e seus respectivos anexos.

Bom Jardim/RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
assinatura

CARIMBO DE CNPJ

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicito a V.Sa. preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitações e Compras.

A não remessa do recibo exime a comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.